



**INSTITUTO  
FEDERAL**

Sergipe

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE

CAMPUS LAGARTO

COORDENAÇÃO DO BACHARELADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS

**PROPOSTA DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL DO  
ASSENTAMENTO CAIO PRADO, NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA,  
ESTADO DE SERGIPE**

Lagarto/SE

2024

LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS

PROPOSTA DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL DO  
ASSENTAMENTO CAIO PRADO, NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA,  
ESTADO DE SERGIPE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito à obtenção do título de Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Me. Marcos Elan Alves de Araujo.

Lagarto/SE

2024

Jesus, Luiza Gabrielle Santos de.

J56p Proposta de anteprojeto arquitetônico de centro cultural do assentamento Caio Prado, no município de Estância, estado de Sergipe / Luiza Gabrielle Santos de Jesus. – Lagarto, 2024.

88 f. ; il.

Monografia (Graduação) – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS, 2024.  
Orientador: Prof. MSc. Marcos Elan Alves de Araujo.

1. Arquitetura-projeto e planta. 2. Reforma agrária. 3. Assentamento. 4. Ambiente rural. I. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS. II. Título.

CDU 72:332 (813.7)

## Folha de Aprovação

LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS

PROPOSTA DE ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL DO  
ASSENTAMENTO CAIO PRADO, NO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA, ESTADO DE  
SERGIPE

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à  
banca examinadora do curso de Arquitetura e  
Urbanismo do Instituto Federal de Sergipe e  
aprovado em 24 de setembro de 2024.

Documento assinado digitalmente  
 **MARCOS ELAN ALVES DE ARAUJO**  
Data: 14/11/2024 11:14:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Orientador - Me. Marcos Elan Alves de Araujo, Instituto Federal de Sergipe | Campus Lagarto.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 **LUCIANO SILVA VASCONCELOS**  
Data: 14/11/2024 10:23:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinador Interno - Me. Luciano Silva Vasconcelos, Instituto Federal de Sergipe | Campus Lagarto.

Documento assinado digitalmente  
 **JOSE WLAMIR BARRETO SOARES**  
Data: 13/11/2024 16:11:32-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Examinador Externo - Me. Jose Wlamir Barreto Soares, Instituto Federal de Sergipe | Campus Aracaju.

## AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com profunda gratidão a Deus, cuja presença guiou cada etapa deste percurso, em cada desafio e conquista, foi Sua presença que me sustentou.

Quero expressar minha profunda gratidão aos meus pais, verdadeiros heróis em minha vida. Seu esforço incansável e dedicação, especialmente através do trabalho rural, foram as bases sólidas sobre as quais construí este caminho acadêmico. Cada suor derramado e sacrifício feito por vocês tornaram possível esta conquista. Se hoje colho os frutos do conhecimento, é porque vocês plantaram a semente da educação com amor e comprometimento.

Ao meu avô (bobô), dedico este trabalho, sua jornada de luta não apenas me ensinou grandes valores, mas também inspirou cada palavra escrita aqui. Estendo o agradecimento ao meu irmão, que durante toda a minha trajetória esteve presente, saiba que vivo esse sonho por nos dois, ansiando para que futuramente possamos trabalhar juntos.

Agradeço ao meu orientador que aceitaram o desafio, saibam que sua dedicação e comprometimento foram fundamentais para a realização deste trabalho. Prolongo meu agradecimento a minha companheira de jornada acadêmica Noemi, saiba que desde o início Deus sempre teve um propósito com a nossa união, além de uma amiga, ganhei uma irmã pra vida.

Gratidão a todos os amigos, professores e demais familiares que, de alguma forma, contribuíram de maneira direta ou indireta para a concretização deste sonho.

## RESUMO

Este trabalho busca não apenas estabelecer uma base sólida de pesquisa documental, mas também aprofundar a compreensão da viabilidade e relevância para um anteprojeto de um Centro Cultural para o Assentamento Caio Prado, em Estância/SE. Os Centros Culturais desempenham um papel crucial na formação do indivíduo, são espaços que reúnem diversas atividades e manifestações artísticas e culturais, que representam verdadeiros pilares de enriquecimento cultural para as comunidades em que estão inseridos. A metodologia adotada neste trabalho foi de abordagem qualitativa, configurando-se como uma pesquisa de natureza básica com o propósito de aprofundar na temática do Centro Cultural. No âmbito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a cultura assume uma dimensão de inestimável valor, sendo reconhecida como uma ferramenta essencial para fortalecer a trajetória da luta pela terra, delineando a identidade singular do ser "sem terra". Neste contexto, o projeto busca criar um complexo que promova a expressão cultural, preservando tradições e valores do MST, ao mesmo tempo que incentiva o desenvolvimento local da comunidade. Assim, a iniciativa não apenas destaca-se como um marco arquitetônico, mas também como um agente transformador na promoção da cultura, educação e do desenvolvimento econômico para o Assentamento Caio Prado e adjacências.

**Palavras-chave:** Centro Cultural; Cultura no MST; Assentamentos Rurais; Espaços Culturais.

## ABSTRACT

This work seeks not only to establish a solid base of documentary research, but also to deepen the understanding of the feasibility and relevance for a preliminary project for a Cultural Center for the Caio Prado Settlement, in Estância/SE. Cultural Centers play a crucial role in the formation of the individual, they are spaces that bring together diverse activities and artistic and cultural manifestations, which represent true pillars of cultural enrichment for the communities in which they are located. The methodology adopted in this work was a qualitative approach, configuring itself as a basic research with the purpose of delving deeper into the theme of the Cultural Center. Within the scope of the Landless Rural Workers Movement (MST), culture assumes a dimension of inestimable value, being recognized as an essential tool to strengthen the trajectory of the struggle for land, outlining the unique identity of the "landless" being. In this context, the project seeks to create a complex that promotes cultural expression, preserving MST traditions and values, while encouraging local community development. Thus, the initiative not only stands out as an architectural landmark, but also as a transformative agent in promoting culture, education and economic development for the Caio Prado Settlement and surrounding areas.

**Keywords:** Cultural Center; Culture in the MST; Rural Settlements; Cultural Spaces.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cronologia e surgimento oficial do MST.....	17
Figura 2 - Ilustração Geográfica do Nordeste. ....	28
Figura 3 – Situando o Assentamento Caio Prado. ....	33
Figura 4 – Localização do Assentamento Caio Prado. ....	33
Figura 5 – Localização de Cam Thanh. ....	37
Figura 6 – Estrutura interna da Cobertura. ....	38
Figura 7 – Estrutura externa da Cobertura na composição de fachada ....	38
Figura 8 – Corte esquemático - sistema de captação de água da chuva. ....	39
Figura 9 – Vista externa superior da cobertura. ....	39
Figura 10 – Telas de vinhas. ....	40
Figura 11 – Evolução projetual em Planta Baixa e Fachada. ....	41
Figura 12 – Planta Baixa. ....	42
Figura 13 – Fachada Principal. ....	43
Figura 14 – Vista superior - Implantação. ....	43
Figura 15 – Localização do Campo de Refugiado Rohingya. ....	44
Figura 16 – Materiais com técnicas dos antigos artesões Rohingya.....	45
Figura 17 – Artesões confeccionados peças com as técnicas do antigos.....	45
Figura 18 – Vedação de tecelagem em bambu e o processo da cobertura.....	46
Figura 19– Execução da cobertura. ....	46
Figura 20 – Planta Baixa e Cobertura.....	47
Figura 21 - Vista superior .....	47
Figura 22 - Vista interna sala de exposições.....	48
Figura 23 - Principais pontos do Segunda Agrovila.....	50
Figura 24 - Gráfico de Elevação do Google Earth. ....	51
Figura 25 - Terreno escolhido, cruzamento da rua A e B. ....	52
Figura 26 - Terreno escolhido, cruzamento da Estrada Capivara e rua B. ....	52
Figura 27 - Direção de ventilação e insolação do lote.....	53
Figura 28 - – Parâmetros de Ocupação da Zona de Agricultura Familiar 1. ....	54
Figura 29 - Parâmetros de Ocupação do Solo adotados. ....	55
Figura 30 - Quadro do Setor Cultural.....	56
Figura 31 - Quadro do Setor Comercial. ....	57
Figura 32 - Quadro do Setor Lazer. ....	57

Figura 33 - Quadro do Setor Social.....	58
Figura 34 - Quadro do Setor Horta Orgânica.....	58
Figura 35 - Quadro do Setor Serviço.....	59
Figura 36 - Quadro do Setor Administração.....	59
Figura 37 - Setorização e fluxograma.....	60
Figura 38- Planta de Implantação.....	61
Figura 39 - Planta-Baixa.....	62
Figura 40 - Planta de Cobertura.....	63
Figura 41 – Detalhamento da cobertura.....	64
Figura 42 - Corte AA.....	65
Figura 43 - Corte BB.....	65
Figura 44 - Corte CC.....	65
Figura 45 - Fachada Sul.....	66
Figura 46 - Fachada Leste.....	66
Figura 47 - Fachada Oeste.....	66
Figura 48 - Fachada Norte.....	67
Figura 49 - Volumetria fachada principal.....	67
Figura 50 - Vista anfiteatro.....	68
Figura 51 - Vista feira livre.....	69
Figura 52 - Vista horta orgânica.....	69
Figura 53 - Vista playground, praça.....	70
Figura 54 - Vista academia livre, praça.....	70

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MinC - Ministério da Cultura

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OIM - Organização Internacional para as Migrações

SIIC - Sistema de Informações e Indicadores Culturais

TCC I - Trabalho de Conclusão de Curso I

TCC II - Trabalho de Conclusão de Curso II

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1	<b>Surgimento do MST no Brasil.....</b>	<b>16</b>
2.2	<b>Estrutura organizacional do MST .....</b>	<b>18</b>
2.3	<b>Cultural no MST.....</b>	<b>19</b>
2.4	<b>Identidade cultural do MST .....</b>	<b>21</b>
2.5	<b>Ocupação e Desapropriação .....</b>	<b>22</b>
2.6	<b>Assentamentos rurais .....</b>	<b>25</b>
2.6.1	Assentamentos rurais em Sergipe .....	27
2.7	<b>Centro cultural.....</b>	<b>28</b>
3	METODOLOGIA.....	32
3.1	<b>Abordagem de Pesquisa .....</b>	<b>32</b>
3.2	<b>Área do Estudo .....</b>	<b>32</b>
3.3	<b>Coleta de Dados .....</b>	<b>34</b>
3.4	<b>Anteprojeto Arquitetônico .....</b>	<b>34</b>
4	ESTUDO DE CASOS .....	36
4.1	<b>Centro Comunitário Cam Thanh.....</b>	<b>36</b>
4.1.1	Contexto .....	36
4.1.2	Características Arquitetônicas .....	37
4.1.3	Processo de Projeto .....	40
4.1.4	Relevância projetual.....	42
4.2	<b>Centro de Memória Cultural Rohingya .....</b>	<b>44</b>
4.2.1	Contexto .....	44
4.2.2	Características Arquitetônicas .....	46
4.2.3	Processo de Projeto .....	47
4.2.4	Relevância projetual.....	48
4.3	<b>Comparação e Análise dos Casos .....</b>	<b>48</b>
5	PROJETO ARQUITETÔNICO.....	50
5.1	<b>Localização .....</b>	<b>50</b>

<b>5.2</b>	<b>Análise das Condicionantes do Terreno .....</b>	<b>52</b>
<b>5.3</b>	<b>Legislação .....</b>	<b>53</b>
<b>5.4</b>	<b>Conceito e partido.....</b>	<b>55</b>
<b>5.5</b>	<b>Programa de necessidades .....</b>	<b>55</b>
<b>5.6</b>	<b>Fluxograma .....</b>	<b>59</b>
<b>5.7</b>	<b>Plantas Arquitetônicas .....</b>	<b>61</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>71</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>
	<b>APÊNDICE A – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....</b>	<b>78</b>
	<b>APÊNDICE b – ANTEPROJETO ARQUITETÔNICOS .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

No território do estado de Sergipe, especificamente no município de Estância, encontra-se o Assentamento Caio Prado, um pedaço de chão, que se ergue como um símbolo de luta, resistência e busca por um futuro melhor para seus habitantes. Como em muitas outras regiões do Brasil, o assentamento surge como resultado da incansável jornada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ao longo dos anos, tem lutado por justiça social, reforma agrária e dignidade para as famílias que ali residem.

A disparidade no acesso à cultura é um cenário notável no Brasil, conforme evidenciado pelos dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), a maior concentração de equipamentos culturais estão nas regiões Sul e Sudeste do país, sendo locados nos centros urbanos das cidades (IBGE, 2020).

Com isso, o Assentamento Caio Prado é uma comunidade que enfrenta desafios significativos em relação ao acesso à cultura, nesse contexto, a criação de um Centro Cultural pode desempenhar um papel crucial na promoção do desenvolvimento local e na valorização da identidade cultural do “sem terra”.

É importante ressaltar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, prevê o acesso à cultura como um direito de todos os cidadãos brasileiros (Natarelli, 2012). Portanto, este trabalho representa uma iniciativa a transformação e a construção de um amanhã mais promissor para o Assentamento Caio Prado, pois, resultará em uma proposta de projeto arquitetônico, que transcende a simples edificação de um espaço físico, mas que busca, sobretudo, oferecer à comunidade um Centro Cultural que seja um farol de esperança, conhecimento e cultura.

Assim, o objetivo geral deste trabalho é elaborar um projeto arquitetônico, a nível de anteprojeto, de um Centro Cultural, no Assentamento Caio Prado no município de Estância no estado de Sergipe.

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Evidenciar o valor da identidade cultural para o ser "sem-terra", bem como seu papel enquanto pilar na jornada de luta e conquista da terra;
- Promover a democratização da cultura para os moradores do assentamento Caio Prado por meio da implementação do centro cultural;
- Investigar quais atividades e espaços são necessários para abrigar eventos e atividades culturais relacionados ao MST, bem como examinar outras iniciativas culturais já realizadas anteriormente no assentamento;
- Propor um projeto que integre a arquitetura com as características regionais, promovendo o fortalecimento da identidade cultural do “sem-terra”.

A pertinência deste projeto é imediata, pois a cultura é um elemento vital para o desenvolvimento humano e social. Ao incentivar a cultura, promovemos a valorização das raízes locais e a expressão criativa das comunidades. Este projeto busca criar um ambiente que estimule a cultura, reconhecendo sua importância na construção de uma sociedade mais forte.

Portanto, a democratização cultural é um pilar fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ela garante que o acesso à cultura seja um direito de todos, independentemente de suas origens ou condições socioeconômicas. No Assentamento Caio Prado, onde muitos ainda enfrentam desafios de acesso à cultura, a criação de um Centro Cultural é uma oportunidade valiosa para nivelar as oportunidades e garantir, que todos tenham acesso a expressões culturais diversas.

A pesquisa foi organizada em seis capítulos, divididos em: Introdução; Fundamentação Teórica; Metodologia; Estudo de Casos; Anteprojeto Arquitetônico e Considerações Finais. Na Introdução, são delineados a contextualização do tema, as problemáticas, os objetivos, a justificativa e, por fim, a atual estrutura do trabalho, detalhando as seções que compõem o documento. A Fundamentação Teórica aborda, em subtópicos, temas referentes ao MST, assentamento rural e centro cultural. Na metodologia, são discutidos a abordagem de pesquisa, a área de estudo, a coleta de dados e o projeto arquitetônico. No Estudo de Casos, são apresentados dois referências arquitetônicas de espaços culturais: o Centro Comunitário de Cam Thanh, localizado no Vietnã e o Centro de Memória Cultural Rohingya, situado em Bangladesh, onde foram analisadas suas características arquitetônicas, processo de projetos, bem como, seus pontos positivos e negativos. O Projeto Arquitetônico descreve o conceito e o partido do projeto para o Centro Cultural do Assentamento Caio Prado, destacando

as soluções arquitetônicas, escolhas de materiais, e estratégias sustentáveis que valorizam a identidade cultural e a integração com o contexto local. Nas Considerações Finais é discutida a importância do projeto para a comunidade, enfatizando como o espaço proposto reflete a identidade cultural e a luta dos assentados, além de suas contribuições para a arquitetura vernacular e o desenvolvimento social.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Surgimento do MST no Brasil

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Brasil vivência conflitos fundiários desde a colonização do país, em 1530, devido a criação do regime de sesmarias, instrumento fomentador da exploração econômica da terra e da ocupação territorial, que favoreceu os donatários das capitâneas hereditárias (INCRA, 2015).

Em 1822, com o decreto de anulação do regime, o Brasil enfrenta uma configuração desordenada de ocupação, onde a posse de terras passa a prevalecer para quem tinham recursos de mantê-la. Apenas em 1850, após quase trinta anos, o Império buscou ordenar o campo a partir da Lei das Terras, estabelecendo a compra como único mecanismo de adquiri-la, favorecendo a aquisição para os grandes latifundiários (Santos *et al.* 2015).

Em 1985, com o processo de redemocratização, surgiu o primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária, que tinha como meta a destinação de 43 milhões de hectares de terra para o assentamento de aproximadamente 1,4 milhão de famílias entre 1986 e 1990. Este plano foi delineado com o intuito de melhorar as condições de vida e apoiar o desenvolvimento dos assentamentos (INCRA, 2015).

Diante do contexto de centralidade de terras e desigualdade social, a redemocratização aliada ao surgimento de movimentos socio territoriais, dão início a um novo período de luta pela terra no Brasil (Gosch, 2020).

Entretanto, esse processo não se deu de forma ágil, como descreve Bergamasco: “A partir de meados dos anos 80 registra-se, de forma lenta e irregular, a implementação de assentamentos rurais em todos os Estados da Federação” (Bergamasco, 1997 p. 37).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge oficialmente em 1984, na cidade de Cascavel, Paraná, a partir das articulações da luta pela terra e pela busca de uma sociedade mais justa (Caldart, 2001). Na Figura 1 pode-se observar quanto a cronologia dos acontecimentos. Com o reconhecimento da Constituição de 1988, de que as terras improdutivas poderiam ser utilizadas para fins de reforma agrária, o movimento passou a ganhar força, com autonomia elaborou símbolos, bandeira, hinos e estabeleceu as estruturas iniciais do movimento (Barros, 2008).

Figura 1 – Cronologia e surgimento oficial do MST.



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Por sua vez, a reforma agrária possui diversos aspectos e conceitos que devem ser esclarecidos para o entendimento da proposta que o movimento defende. De acordo com Stédile e Fernandes (1999), podem ser identificados três tipos distintos de reforma agrária: a clássica, que possui caráter capitalista e é promovida pela burguesia, tem objetivo de democratizar o acesso à terra, transformando os camponeses em produtores autônomos no mercado; a da política de assentamentos, que não altera a estrutura fundiária, apenas concede terras a milhares de famílias; e por conseguinte a reforma agrária adotada pelo MST, que defende mudanças radicais na estrutura fundiária e na centralização de terra, promovendo uma desapropriação regionalizada, visando transformar a situação agrária do país.

A partir dessas definições para Baldi e Orso, a reforma agrária é imprescindível para o desenvolvimento do Brasil:

“Na realidade, a reforma agrária é fundamental em qualquer política no sentido de promover o desenvolvimento do Brasil, fato reconhecido pela maioria dos estudiosos dos problemas nacionais. Mas, até hoje, não se conseguiu efetivá-la porque contraria os interesses dos grupos dominantes que controlam o país desde o período da colonização, realizada com base na implantação do latifúndio, da monocultura exportadora e da escravidão” (Baldi; Orso, 2013 p. 278).

Segundo Chiabotto e Montagner (2021), o MST em sua estrutura organizacional, atua em diversas frentes além da reforma agrária, incluindo a promoção da educação, saúde, da produção e questões de gênero. Conforme descreve Caldart (2001), é necessário compreender o movimento como uma organização de formação do sujeito social “sem terra”, como um processo de educação que possui grande relevância social, política e pedagógica, em razão da luta ser movida pela sobrevivência, e ser vinculada às raízes de um processo profundo ligado a terra, trabalho, memória e dignidade.

“Nesta perspectiva, podemos dizer que a herança que o MST deixará para seus descendentes será bem maior do que a quantidade de terra que conseguir libertar da

tiranía do latifúndio; será um jeito de ser humano e de tomar posição diante das questões de seu tempo; serão os valores que fortalecem e dão identidade aos lutadores do povo de todos os tempos, de todos os lugares” (Caldart, 2001 p. 213).

Ser “Sem Terra” expressa a condição de um indivíduo que luta por direitos essenciais, como a terra e trabalho, revelando a trajetória dos trabalhadores rurais do Brasil (Barros, 2008).

## 2.2 Estrutura organizacional do MST

O MST organiza-se em 24 Estados das cinco regiões brasileiras, e ao todo foram cerca de 450 mil famílias, que obtiveram a posse de terra através da luta e da união dos trabalhadores rurais (MST, 2015).

No entanto, mesmo após assentadas, essas famílias permanecem vinculadas ao movimento, pois a aquisição da terra é apenas o começo para efetivar a reforma agrária. Geralmente, as propriedades desapropriadas possuem pouca infraestrutura, como falta de saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e lazer. Portanto, os assentados permanecem organizados e continuam lutando por esses direitos básicos (MST, 2022).

O próprio movimento descreve sua organização como "participativa e democrática", com atuação igualitária entre homens e mulheres, e explica a disposição das famílias nos assentamentos da seguinte forma:

“Nos assentamentos e acampamentos, as famílias organizam-se em núcleos que discutem as necessidades de cada área. Nesses núcleos, são escolhidos os coordenadores e as coordenadoras do assentamento ou do acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional. Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores/as, um homem e uma mulher. E nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos têm direito ao voto: adultos, jovens, homens e mulheres” (MST, 2015).

Representando um movimento social que busca estabelecer uma nova forma de organizar a sociedade, a luta pela reforma agrária do MST, se situa em um contexto de transformação mais amplo, a do "projeto popular para o Brasil" (Xavier; Pimenta, 2017)

A luta por uma sociedade mais justa e fraterna implica que os trabalhadores “Sem Terra” participem ativamente das ações que buscam solucionar os problemas estruturados no País, como: a desigualdade social e de renda, discriminação étnica e de gênero, a centralidade da comunicação, a exploração dos trabalhadores urbanos, dentre outros (MST, 2019).

“Além disso... Sabemos que a solução para estes problemas só será possível por meio de um Projeto Popular para o Brasil – fruto da organização e mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos. E confiamos que a realização da Reforma Agrária Popular, ao democratizar o acesso à terra e produzir alimentos saudáveis, é nossa contribuição mais efetiva para a realização de um Projeto Popular para o país” (MST, 2015).

Inicialmente o Movimento possuía poucos setores, entretanto, com o tempo percebeu-se a necessidade de criar outros, devido às diferentes realidades em cada acampamento, marchas, cursos e seminários. Atualmente, os setores incluem: educação, saúde, gênero, produção, cultura, juventude, formação, direitos humanos, frente de Massas, finanças, comunicação, projetos e relações internacionais (Freitas, 2012).

A organização do MST se apresenta em hierarquia crescente, que abrange coordenação, direção e o encontro, estruturados inicialmente nos núcleos de base e tendo como instância máxima o Congresso Nacional, que ocorre a cada cinco anos (Freitas, 2012).

Em 1984, ocorreu 1º Congresso Nacional, em Cascavel, no Paraná, onde foi fundado o MST, com três objetivos principais: a luta pela terra, pela reforma e por transformações sociais no País (MST, 2015).

“Queremos ser produtores de alimentos, de cultura e conhecimentos. E mais do que isso: queremos ser construtores de um país socialmente justo, democrático, com igualdade e com harmonia com a natureza” (MST, 2015).

Com isso a estrutura organizacional do MST adotada desde 2003, é resultado do aperfeiçoamento das práticas já existentes, juntamente com a alteração na estrutura formal anterior, sendo fruto de extensos debates e análises realizadas ao longo de vários anos pela liderança e assessores do movimento (Miranda; Cunha, 2013).

### **2.3 Cultural no MST**

A cultura de um povo é a parte fundamental na distinção entre os seres vivos, sendo exclusiva dos seres humanos. Sendo assim, a cultura do MST não apenas diferencia o grupo enquanto uma comunidade organizada, mas também expressa a identidade singular dos que se denominam "Sem Terra". Essa cultura, aliada à identidade e à memória são os alicerces de uma história que está sendo construída há 39 anos, mas não se chegou ao fim, pois é uma jornada em constante progresso, onde cada passo dado é significativo, observando as pegadas deixadas

por aqueles que já percorreram esse caminho e deixando trilhas mais acessíveis para os que estão por vir (Freitas, 2012).

“A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem suas raízes num passado longínquo, que mergulha no território onde seus mortos são enterrados e onde seus deuses se manifestaram. Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos” (Claval, 2001 p. 63).

Nos assentamentos, os camponeses manifestam essa dimensão cultural através do forte sentimento de posse da terra e da forma como planeja trabalhar e organizar seu terreno. Além disso, o assentado busca aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida, que forma herdados e adquiridos. É na organização territorial do assentamento que o camponês integra novas técnicas às práticas transmitidas por herança, integrando novos elementos tanto para substituir quanto para complementar os existentes (Medeiros; Beledelli, 2007).

“Assim, cultiva a memória dos lutadores, dando continuidade aos seus sonhos, na busca por viver seu legado. É uma forma também de homenagear e manter viva a memória” (Freitas, 2012 p. 11).

Segundo Bogo (2002), a cultura dos “Sem Terra” é fundamental para sobrevivência do movimento, a mística e a memória representam elementos de uma história escrita diariamente pelos que integram e constroem o MST, movidos pela força presente no agir.

Não se pode discutir sobre a cultura dentro do MST sem mencionar a mística, pois ambas estão diretamente ligadas. A origem da palavra está relacionada ao "mistério", mas no contexto do MST adquire outro significado, manifestando-se no coletivo, nos acampamentos e assentamentos, nas reuniões, encontros, marchas, seminários, enfim, em todos os locais onde o MST está representado por meio de seu povo (Freitas, 2012).

Mas, conforme descreve Peloso (1994), a mística não pode ser definida apenas por uma descrição de dicionário, mais como uma força que fortalece o povo, especialmente nos momentos mais desafiadores da luta e da vida, mostrando o percurso que está sendo trilhado, bem como onde querem chegar.

A cultura se expressa nos gestos, nas atitudes e no modo de viver, seguindo as práticas das gerações anteriores, mesmo que sejam enriquecidas e incorporadas com novos significados. Dessa forma, a identidade cultural pode perseverar diante das ameaças do tempo (Claval, 2001). Essa identidade cultural, transmitida através das gerações, mantém-se presente na cultura camponesa, cujos valores resistem às influências do mundo capitalista e persistem diante das ameaças do tempo (Medeiros; Beledelli, 2007).

A cultura do “ser Sem Terra” é representada pelas cores e estampas floridas do tecido chita, pelos poemas de fraternidade, das histórias de resistência e força, do trabalho, da solidariedade, do respeito ao próximo e a qualquer forma de vida (MST, 2015).

Ao tornar o sonho realidade, conquistando a terra e estabelecendo um assentamento produtivo na terra, surge um novo território. Dentro desse espaço a organização da produção reflete a história de vida de cada indivíduo, revelada na maneira como cultivam a terra e nas escolhas de produção, mesmo diante das inovações tecnológicas e das novas exigências do mercado (Medeiros; Beledelli, 2007).

## 2.4 Identidade cultural do MST

Ser “Sem Terra” retrata a identidade cultural de um povo que possui memórias de resistência e de luta social contra a desigualdade, à exclusão e à política neoliberal (Caldart, 2001). Para Castells:

“A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espaço.” (Castells, 1999, p. 23).

Representando mais do que a ausência de terra; vai além de ser simplesmente uma categoria social de trabalhadores desprovidos de terras. É um termo que revela uma identidade, uma herança transmitida e que pode ser legada aos seus sucessores. Essa designação está intrinsecamente ligada a uma memória histórica, bem como a uma cultura de resistência e contestação social (Caldart, 2001).

“Sem Terra é uma identidade historicamente construída, primeiro como afirmação de uma condição social: sem-terra, e aos poucos não mais como uma circunstância de vida a ser superada, mas como uma identidade de cultivo: Sem Terra do MST! [...] Esta identidade fica mais forte à medida que se materializa em um modo de vida, ou seja, que se constitui como cultura, e que projeta transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores (ou anti-valores) que a sustentam” (Caldart, 2001, p. 211-212).

Para o MST, a identidade se constrói a partir da luta se manifesta principalmente na oposição da narrativa formulada por outros (Zacchi, 2009). Segundo Castells (1999), toda identidade é formada por elementos provenientes de diversas fontes, como história, biologia,

memória coletiva, estruturas de poder, dentre outros.

Dessa perspectiva, é evidente que o movimento tem uma identidade singular, forjada ao longo de sua trajetória, sustentada por elementos culturais e subjetivos que fortalecem a essência de ser “Sem Terra” (Melo *et al.* 2022).

Existem duas dimensões essenciais a serem consideradas no processo de formação dos assentados: uma que conecta cada família “Sem Terra” à história do Movimento e da luta pela terra e Reforma Agrária no Brasil, tornando-os parte integrante e fundacional dessa história; outra que transforma cada indivíduo que faz parte do MST em um ser humano em constante evolução, influenciado pelas experiências coletivas que demandam ação, escolhas, tomada de posições, superação de desafios, moldando assim sua própria identidade e humanidade em evolução (Caldart, 2001).

A formação da identidade nos assentamentos tem sua base na diversidade de indivíduos e culturas. É a partir dessa forma que os assentamentos criam e organizam seus espaços (Medeiros; Beledelli, 2007).

“A delimitação do território pelos camponeses se dá pouco a pouco através da produção, da apropriação dos lotes, da construção de suas casas, da nova configuração deste espaço. O tempo e o espaço no qual se inserem estes sujeitos possibilitam assim novas oportunidades para que cada um possa colocar seus costumes, suas características para então construir sua própria identidade” (Medeiros; Beledelli, 2007, p. 4).

O MST exibiu sua identidade estampada em vários símbolos, como bandeira, músicas, poesias e outros elementos, mostrando a cultura de um povo que necessita da memória viva para se mater. Essa memória que preserva a sabedoria dos antepassados e se aplica hoje aos camponeses, é fundamental na formação de sua identidade histórica. No modo de vida Sem Terra, a memória está presente no conhecimento sobre as fases da lua e seu impacto no plantio, no trabalho artesanal, na culinária, nas fotografias, nos livros e nas crenças transmitidas (Freitas, 2012).

## **2.5 Ocupação e Desapropriação**

A ocupação representa a ferramenta decisiva na luta pelo acesso à terra, materializando o conflito entre as classes e se configurando como uma organização política de contestação à desigualdade agrária (Stédile e Fernandes, 1999).

“Por ocupação entende-se o processo em que os trabalhadores rurais sem-terra, como estratégia de luta e pressão, ocupam os latifúndios improdutivos, as terras griladas e até mesmo órgãos públicos, com o objetivo de protestarem, reivindicarem e se mostrarem presentes” (Sousa, 2009, p. 114).

São os trabalhadores enfrentando o Estado que sempre defendeu os interesses dos grandes latifundiários e dos capitalistas, que apresentam somente políticas para aliviar os processos da expropriação e exploração, quando estão sob forte pressão (Fernandes, 2001).

“A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência à esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania” (Fernandes, 2001, p. 3).

Ainda assim, a ocupação é vista quase sempre pela sociedade como “invasões” e “ações terroristas”, ignorando completamente o contexto de desigualdade territorial da história do país, onde os trabalhadores e escravos não tiveram direito à terra (MST, 2023).

Portanto, a ação de ocupar é uma resposta as invasões europeias no Brasil, ao saque, aos ciclos econômicos de exploração na agricultura, e ao período de escravização indígena e africana (MST, 2023).

“Invasão é coisa de elite. Ocupação é o direito legítimo dos povos de restituir aquilo que lhes foi roubado” (MST, 2023).

Segundo Fernandes (2001), criminalizar essa ação é ignorar os problemas econômicos e sociopolítico do país, é condenar as famílias “Sem Terra” que estão lutando para reconstruir suas vidas, e defender os interesses dos latifundiários e a centralidade de terras.

Sendo assim, a ocupação representa o principal meio para implantação dos assentamentos, favorecendo o retorno dos trabalhadores rurais ao campo e provocando grandes conflitos entre os latifundiários, Estado e o MST (Honório, 2005).

Entretanto, essa ocupação não ocorre de maneira simples, Honório (2005) à descreve da seguinte forma:

“Ocupar uma área não é tarefa das mais fáceis. Antes de tudo, é preciso se convencer e convencer sua família que se vive uma situação de injustiça inaceitável contra a qual é necessário lutar. Em seguida, é preciso vencer um medo real da violência que poderá vir dos latifundiários e/ ou da polícia do Estado. É preciso ainda saber que se está ocupando uma área sem conhecer ao certo quais serão os desdobramentos” (Honório, 2005, p. 150).

A própria Constituição dificulta as desapropriações ao estabelecer que somente as “terras improdutivas” serão destinadas para fins de reforma agrária. Assim, as vistorias realizadas pelos órgãos oficiais levam em consideração a realidade atual ou as intenções de produção do proprietário, que acaba resultando na classificação de áreas que não cumprem nenhuma função social como propriedades produtivas (Bogo, 1999).

Colocando em questão o critério de “função social” da terra, Buzetto (1999) esclarece que:

“terra produtiva é aquela que cumpre uma função social e produz alimentos para o povo. Monocultura de cana-de-açúcar com 11 mil hectares, concentrada nas mãos de poucas famílias, que fazem de sua propriedade um instrumento de acumulação pessoal de riqueza e de exploração dos trabalhadores, não pode ser considerada produtiva” (Buzetto, 1999, p. 144).

A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização (DI PIETRO, 2019).

“Desapropriação é a figura jurídica pela qual o Poder Público, necessitando de um bem para fins de interesse público, retira-o do patrimônio do proprietário, mediante prévia e justa indenização. A desapropriação atinge o caráter perpétuo do direito de propriedade, pois extingue o vínculo entre proprietário e bem, substituindo-o por uma indenização” (Medauar, 1996, p. 348).

Com relação ao processo de desapropriação o INCRA (2020), apresenta as etapas da seguinte forma:

(i) No primeiro processo o proprietário das terras recebe a notificação e o Incra realiza a vistoria para verificar se a propriedade cumpre sua função social;

(ii) Se a propriedade for considerada improdutiva, adequada para abrigar famílias e não tiver impedimentos legais, o INCRA inicia o processo de desapropriação;

(iii) A etapa seguinte é a publicação do Decreto Presidencial, que declara a propriedade como área de interesse para fins de reforma agrária;

(iv) Após a publicação do Decreto Presidencial no Diário Oficial da União, e o depósito em juízo do valor referente à indenização das benfeitorias em dinheiro e os títulos de pagamento pela terra nua o INCRA inicia uma Ação de Desapropriação. É necessário destacar que o INCRA não toma as propriedades do fazendeiro, é paga uma indenização ao proprietário

com base nos valores de mercado, determinados pela vistoria realizada;

(v) A quinta e última etapa é a emissão de posse, o INCRA inicia o processo de seleção das famílias registradas e desenvolver o projeto de assentamento na área.

## 2.6 Assentamentos rurais

Os assentamentos rurais são territórios conquistados pelos trabalhadores do Movimento “Sem Terra”. Eram latifúndios improdutivos, que através da luta se transformaram em áreas de reprodução social das famílias camponesas (MST, 2020).

Seu surgimento se dá em decorrência de conflitos sociais ligados a cenários nos quais a reforma agrária ganha visibilidade, resultando em desapropriações ou aquisições de terras. A criação desses assentamentos visa estabelecer os grupos demandantes, que se articulam principalmente a partir do final da década de 70 e início dos anos 80, visando também mitigar as tensões sociais resultantes dessas demandas (Filho, 1999).

Com a implementação da reforma agrária, surgem os assentamentos rurais, que consistem em parcelas de terra ou lotes destinados aos trabalhadores rurais com o propósito de cultivar e explorar a terra para sustentar suas famílias, contando primordialmente com a mão de obra familiar (INCRA, 2015).

“A reforma agrária vem sendo um meio eficiente de melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, gerando um grande desenvolvimento econômico, com possibilidades e potencialidades na geração de inovação em seus produtos sociais bem como sustentabilidade pelo seu modo de cultivo e geração de empregos, gerando grandes demandas para as engenharias” (Santos *et al.*, 2015, p. 549).

Assim, a reflexão sobre assentamentos implica considerar os territórios como um processo que atravessa fases de territorialização, (des)territorialização e (re)territorialização, na busca de melhorar a qualidade de vida (Curado; Lopes; Santana, 2008).

Conforme Curado, Lopes e Santana descreve a seguir, é possível compreender essa lógica nos assentamentos da seguinte forma:

“No primeiro momento, os assentamentos representam a materialização das lutas que se iniciam nos acampamentos, que é a efetivação da conquista da terra, ao que se considera como a territorialização. No segundo momento, em que as condições necessárias para esta construção do novo território a partir da territorialização não são satisfatórias (afinal, terra não é tudo), começa então o processo de (des)territorialização, que é a perda do poder sobre este espaço e enfraquecimento dos sujeitos. No terceiro momento, iniciam-se novas lutas que agora se direcionam não mais para o acesso a terra, mas para as condições de permanência na mesma e até

mesmo a sua inserção em outro contexto de luta para garantir a sua sobrevivência, ocorrendo assim a (re)territorialização, em que os assentados vão inserindo novos elementos e novas práticas, novos arranjos produtivos e atividades, construindo um novo território” (Curado; Lopes; Santana, 2008, p. 105).

No que diz respeito às famílias assentadas, os assentamentos rurais brasileiros representam uma nova forma na produção agrícola, conferindo um controle renovado sobre o tempo dedicado ao trabalho e possibilitando a realização de atividades que antes não estavam incluídas em suas responsabilidades nas relações sociais passadas. A reconfiguração das relações sociais prévias relacionadas à posse da terra pode ser vista como o ponto de partida para a transformação de um conjunto diversificado de outras práticas sociais (Bergamasco, 1997).

As ocupações de terra, a criação de acampamentos e a constituição de projetos de assentamento rural revelam de um lado a emergência e a consolidação do MST como o principal protagonista político na resposta organizada dos trabalhadores rurais e, por outro lado, a magnitude da problemática agrária que engloba, principalmente, a questão fundiária, as dinâmicas laborais, de produção e de mercado (Santos)

Conforme dados do IBGE (2022), o Brasil abrange uma extensão de 851.041.777,1 hectares, colocando-o como o quinto maior país do mundo em termos de área territorial. De acordo com o INCRA (2015), 88.270.046,03 hectares de todo o território brasileiro são designados para assentamentos rurais, englobando um total de 9.288 assentamentos e beneficiando 969.583 famílias.

A partir do ano 1995, houve um aumento na quantidade de assentamentos rurais no Brasil. Neste período, o governo, liderado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, via a reforma agrária como uma política de grande relevância para o fortalecimento da agricultura familiar. Eles propuseram uma abordagem inovadora para a aquisição de terras, conhecida como reforma agrária de mercado (Anjos; Caldas, 2003).

Em 2003, com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a questão agrária no Brasil retomou sua importância. Durante esse governo, foi instituído o II Plano Nacional de Reforma Agrária, estabelecendo a meta de assentar 400 mil novas famílias no período de 2003 a 2006 (Albuquerque, 2006).

Segundo dados do INCRA (2015), o Nordeste concentra a maior quantidade de assentamentos. A região tem forte influência dos movimentos socio territoriais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores

na Agricultura (CONTAG), entre outros (Souza, 2009).

### 2.6.1 Assentamentos rurais em Sergipe

O estado de Sergipe apresenta uma estrutura agrária de alta concentração de terras na posse dos latifundiários, que possuem tanto poder econômico quanto político, influenciando a vida de muitos camponeses e trabalhadores (Locatel *et al.*, 2007).

Assim, a história de luta pela terra no estado é marcada fortemente pela violência, por meio dos jagunços contratados pelos proprietários que tiveram suas terras ocupadas, ou pela polícia em cumprimento às ordens judiciais de reintegração de posse (Lopes, 2006).

Nesse contexto de luta, a Igreja Católica possuiu significativa importância por meio da Diocese de Propriá, como descreve Curado, Lopes e Santana (2008):

“(...) a Diocese de Propriá foi o divisor de águas entre uma situação historicamente caracterizada pela resignação e pela acomodação dos pobres do campo à exploração das oligarquias rurais, e um novo horizonte que surgia, colocando-os na cena política como atores sociais importantes e sujeitos de direitos” (Curado, Lopes, Santana, 2008, p. 16).

Respeitada e temida pelas autoridades públicas estaduais e federais, bem como pelos latifundiários, a Diocese mesmo após o processo de redemocratização do Brasil em 1986, continuou a desempenhar um papel crucial na mobilização e organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra (Curado, Lopes e Santana 2008).

De acordo com dados do IBGE, divulgados no ano de 2022, Sergipe abrange uma extensão territorial de 2.193.818,8 hectares, dos quais 201.887,98 hectares são destinados para 237 assentamentos rurais, beneficiando aproximadamente 12.111 famílias assentadas (INCRA, 2023).

Conforme representa a Figura 2, o estado de Sergipe possui a menor área territorial do país, porém, detém uma quantidade expressiva de assentamentos em razão da influência dos movimentos socio territoriais, e da reforma agrária, que se mostrou como um instrumento eficaz para elevar a qualidade de vida dos agricultores rurais sergipanos (Santos *et al.* 2015).

Figura 2 - Ilustração Geográfica do Nordeste.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

## 2.7 Centro cultural

Os centros culturais são instituições destinadas a fomentar, desenvolver e promover manifestações culturais e elementos simbólicos, que obtiveram reconhecimento como um espaço singular para práticas de atividades informacionais que enriquecem as ações culturais (Neves, 2013).

“São espaços para se fazer cultura viva, por meio de obra de arte, com informação, em um processo crítico, criativo, provocativo, grupal e dinâmico” (Neves, 2013, p.2).

Nesse contexto, Ramos (2007a) afirma que os centros culturais transcendem a mera definição de edifícios. São espaços destinados ao aprimoramento do indivíduo, que por meio das manifestações culturais, compreendem sua identidade como um ser pensante e

independente em relação aos outros.

O surgimento dos centros culturais está estritamente ligado a museus e bibliotecas. Há evidências de que seu surgimento remonta à Antiguidade Clássica, especialmente associado a complexos culturais como a Biblioteca de Alexandria. Onde desempenhava o papel de centro de estudos e ao mesmo tempo de devoção às divindades, abrigando estátuas, obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos (Silva, 1995).

Em contrapartida Eduardo e Castelnou (2018) descreve que os centros culturais devem ser compostos por ações entre cultura e arte, educação e lazer, podendo ser públicos ou privados, e não devem se limitar somente a museus e bibliotecas.

“Na verdade, todo museu, biblioteca ou arquivo é um centro cultural. No entanto, nem todo centro cultural é uma biblioteca, um arquivo ou um museu (...) um centro cultural não é apenas um espaço de espetáculo, mas também um espaço de reflexão, de produção de conhecimento e de preservação de memória, cultura e arte” (Eduardo e Castelnou, 2018).

No entanto, conforme descreve Ramos (2007b), algumas bibliotecas conseguiram transcender e se ajustar às demandas contemporâneas. Se expandiram, integrando diversas formas de documentação do conhecimento e disponibilizando vários serviços para facilitar o acesso à informação. Simultaneamente, incorporaram novas atividades e espaços físicos, passando a ser percebidas como centros que atraem informação, cultura e arte.

No Brasil, o interesse por centros culturais começou a surgir no ano de 1960. No entanto, somente na década 80 foram criados o Centro Cultural São Paulo e o Centro Cultural do Jabaquara, ambos localizados em São Paulo (Neves, 2013). Mas, antes de ser formalmente estabelecido como uma instituição, o termo "centro cultural" no Brasil, já era utilizado para descrever a característica ou função de um museu desde 1947 (Silva, 1995).

A Constituição da República Federativa do Brasil, desde 1988, prevê no art. 215, o acesso à cultura como um direito de todos os cidadãos brasileiros Ntarelli (2012). Sendo um elemento essencial para a construção da identidade do indivíduo, para o desenvolvimento das relações interpessoais, bem como para a formação do caráter (Carneiro, 2019).

Esse reconhecimento legal fortaleceu a valorização da cultura no país, refletindo no aumento expressivo na construção de centros culturais nas últimas décadas. No entanto, é notável que, tanto o setor público quanto o interesse privado, buscam instalar esses equipamentos em pontos estratégicos com maior visibilidade, objetivando não apenas o enriquecimento cultural, mas também a promoção do turismo e do comércio, sendo tal

evidência alicerçada no processo de constituição das cidades (Arantes, 2000).

“É evidente que a disseminação dos centros culturais no Brasil está vinculada a um panorama político favorável à sua criação e permanência através dos benefícios fiscais concedidos ao investimento em cultura e é visível que o crescimento destes espaços gera uma demanda por instrumentalização por parte daqueles que os dirigem” (Ramos, 2007 p. 75b)

Segundo Neves (2013), os centros de cultura são espaços que integram cultura e arte, porém, na atualidade estão sendo empregados da seguinte maneira:

“(…) no mundo contemporâneo extremamente competitivo, a cultura vem sendo abordada como um entretenimento por empresários, políticos, agentes culturais, ou seja, vista como uma mercadoria espetacularizada na imagem da cidade tendo se tornado um “bom negócio”, iniciando uma nova maneira de “fazer cidade” (Neves, 2013, p. 1).

A construção de centros culturais está ligada à criação de uma imagem que pode ser comercializada. Dessa forma, a implantação de espaços culturais pelo setor privado acaba se transformando em mercadorias (Neves 2013).

Assim, conforme explica Garcia (2001), a cultura é vista como uma mercadoria valiosa no contexto do capitalismo, assumindo a perspectiva de que a "cultura é um negócio lucrativo". A criação de grandes instalações públicas, como museus e centros culturais, a construção de arquitetura grandiosa, a revitalização de áreas urbanas, e a preservação de edifícios como patrimônio cultural são estratégias que se transformam em "vitrines publicitárias impressionantes da cidade-espetáculo". Neste contexto, Neves acrescenta que:

“(…) os projetos possuem a intenção de tornar a obra arquitetônica em monumento simbólico da cidade, assim, transformando-a em atração, tanto cultural quanto turística” (Neves, 2013).

Já Fernandes e Pinto (2021), descreve que a arquitetura dos centros deve estabelecer uma conexão significativa e direta com o contexto local em que está situada. Além disso, o impacto visual que a edificação exerce na paisagem é de suma importância, promovendo benefícios para outras áreas da cidade.

Geralmente, os centros culturais são instalados nos centros urbanos, em locais estratégicos que promovem o desenvolvimento da cidade e proporcionam melhorias para as áreas ao seu redor (Neves 2013).

Entretanto, essa estratégia leva uma desigualdade social, dificultando o acesso para as diversas classes sociais. Dados do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a maior

concentração de equipamentos culturais está em regiões onde a população é predominantemente branca, no Sul e Sudeste, e que apresenta despesa familiar com cultura no valor de R\$ 373,85 por mês. Já nos Estados Norte e Nordeste, onde a maioria dos cidadãos são pretos ou pardos, o acesso é reduzido, tendo despesa familiar com cultura no valor de 212,14 por mês (IBGE, 2020).

A construção de espaços culturais no campo é incentivada pelo Coletivo de Cultura do MST, que traz a atuação do poder público como essencial. Em apresentação realizada para o Ministério da Cultura (MinC), o Coletivo evidencia três eixos: o acesso à cultura, a produção da mesma, e o desenvolvimento de propostas que planejem equipamentos culturais para os assentamentos (MST, 2023).

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Abordagem de Pesquisa**

A pesquisa qualitativa, segundo Merriam (1998), consiste na coleta de dados descritivos através de uma abordagem crítica ou interpretativa, que estuda as relações humanas em diferentes ambientes, analisando a complexidade de um evento específico para interpretar e traduzir seu sentido.

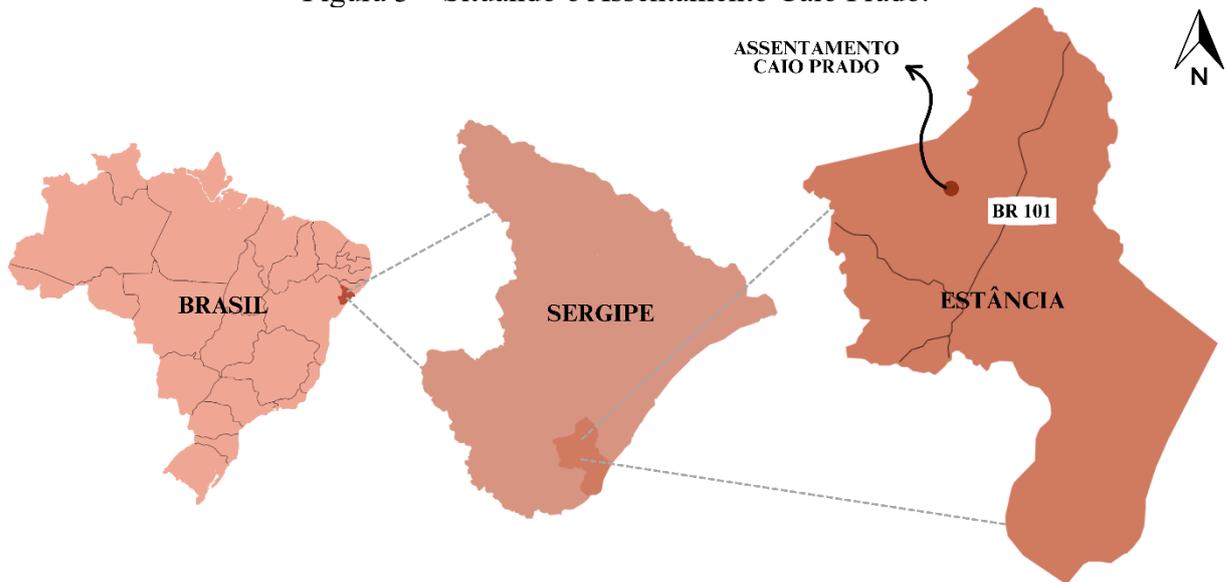
Nas palavras de Rodrigues, Oliveira e Santos (2021): “Pesquisar qualitativamente é analisar, observar, descrever e realizar práticas interpretativas de um fenômeno a fim de compreender seu significado” (Rodrigues; Oliveira e Santos, 2021 p. 158).

Sendo assim, a abordagem metodológica utilizada para conduzir o presente trabalho foi baseada no método qualitativo de investigação, com pesquisa de caráter descritiva e exploratória. Quanto à sua natureza, é classificada como uma pesquisa básica, com objetivo de se aprofundar na temática Centro Cultural.

#### **3.2 Área do Estudo**

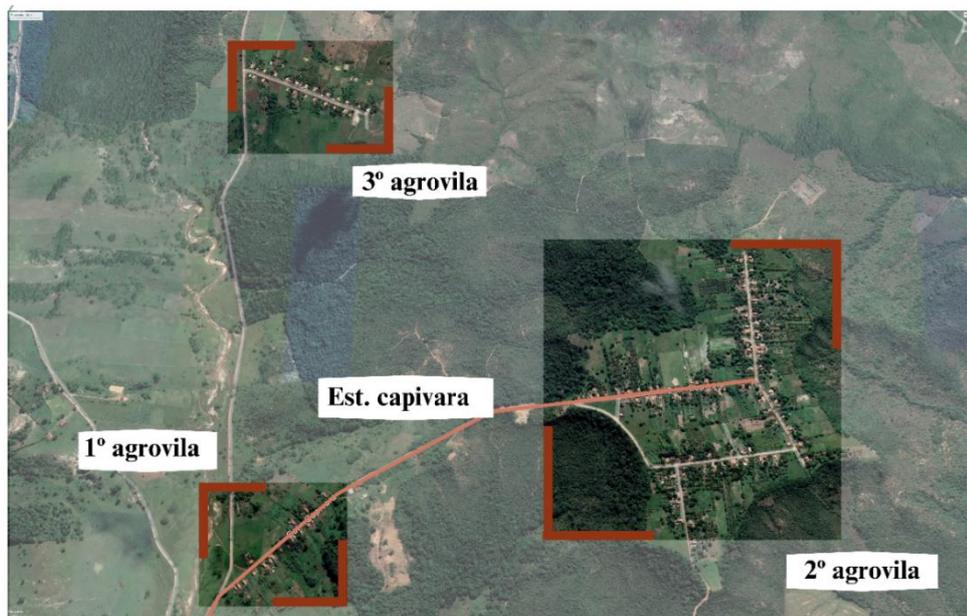
O estudo foi conduzido no Assentamento Caio Prado, localizado na zona rural da cidade de Estância, no estado de Sergipe com uma extensão territorial de 2.193.818,8 hectares conforme dados do IBGE (2022). Instituído em 2005 a partir de políticas públicas do Movimento Sem Terra, o assentamento conta com uma extensão territorial de 1.009,09 hectares, sendo composto por 90 residências destinadas aos assentados, distribuídas em três agrovilas, conforme Figuras 3 e 4 (IBGE, 2022).

Figura 3 – Situando o Assentamento Caio Prado.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Figura 4 – Localização do Assentamento Caio Prado.



Fonte: Google Earth Elaborada pela autora (2023).

O assentamento Caio Prado tem suas raízes na antiga Fazenda Capivara, que, quando era propriedade privada, pertencia ao senhor Julião. A ocupação teve início em 2002, um período marcado por tentativas de retirada à força, incluindo ameaças de incendiar os barracos improvisados feitos de lona (INCRA, 2023).

Somente em 2005, o projeto de assentamento foi efetivamente concretizado,

inicialmente com 90 famílias, o que equivalia a aproximadamente 320 pessoas na época. E desde então, o assentamento testemunhou um crescimento notável, atualmente abrigando 125 famílias, totalizando cerca de 600 pessoas. Esse aumento é atribuído à formação de novas famílias pelos filhos dos assentados, que optaram por construir suas próprias residências nos lotes familiares (INCRA, 2023).

### **3.3 Coleta de Dados**

Foram utilizadas três abordagens distintas para adquirir o referencial necessário para elaboração inicial desta pesquisa, que culminará no Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I). Esta primeira abordagem constitui em revisões bibliográficas de artigos, trabalhos acadêmicos, revistas e websites com conteúdo sobre: (i) Movimento Sem Terra; (ii) Assentamento Rural; (iii) Centro Cultural; dentre outros semelhantes. Na segunda, foram citados estudos de casos em zona rural e em um campo de refugiados, com propósito de analisar a pertinência e viabilidade da implantação de um espaço cultural nestas localidades. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo no local, buscando obter um diagnóstico da área, que incluiu levantamento fotográfico, cadastral e análise das condicionantes.

### **3.4 Anteprojeto Arquitetônico**

#### **I. Definição do público-alvo**

A comunidade do Assentamento Caio Prado é o principal público-alvo, composta por famílias de agricultores que vivem e trabalham na área rural. Este grupo é caracterizado por uma forte conexão com a terra, com valores culturais enraizados na luta pela reforma agrária e na busca por autonomia econômica e social.

## II. Pesquisa de Campo

Esta investigação envolveu várias etapas, incluindo o levantamento fotográfico, análise das condicionantes, e a observação do contexto social do local. A pesquisa de campo foi fundamental para o desenvolvimento de um projeto que dialoga com as características locais e que atenda às necessidades da comunidade. As informações coletadas permitiram a criação de um projeto arquitetônico sensível ao contexto, com soluções que respeitam a topografia, promovem a sustentabilidade e reforçam a identidade cultural da comunidade do assentamento Caio Prado.

## III. Anteprojeto Arquitetônico

A fase do projeto arquitetônico do Centro Cultural do Assentamento Caio Prado foi desenvolvida com base nos dados coletados durante a pesquisa de campo, nas necessidades da comunidade e nos princípios de sustentabilidade e valorização da arquitetura vernacular. Esse processo envolveu várias etapas fundamentais, desde o conceito inicial até a elaboração das soluções arquitetônicas detalhadas, sempre com o objetivo de criar um espaço que refletisse a identidade cultural dos assentados e promovesse a integração com o ambiente local

## **4 ESTUDO DE CASOS**

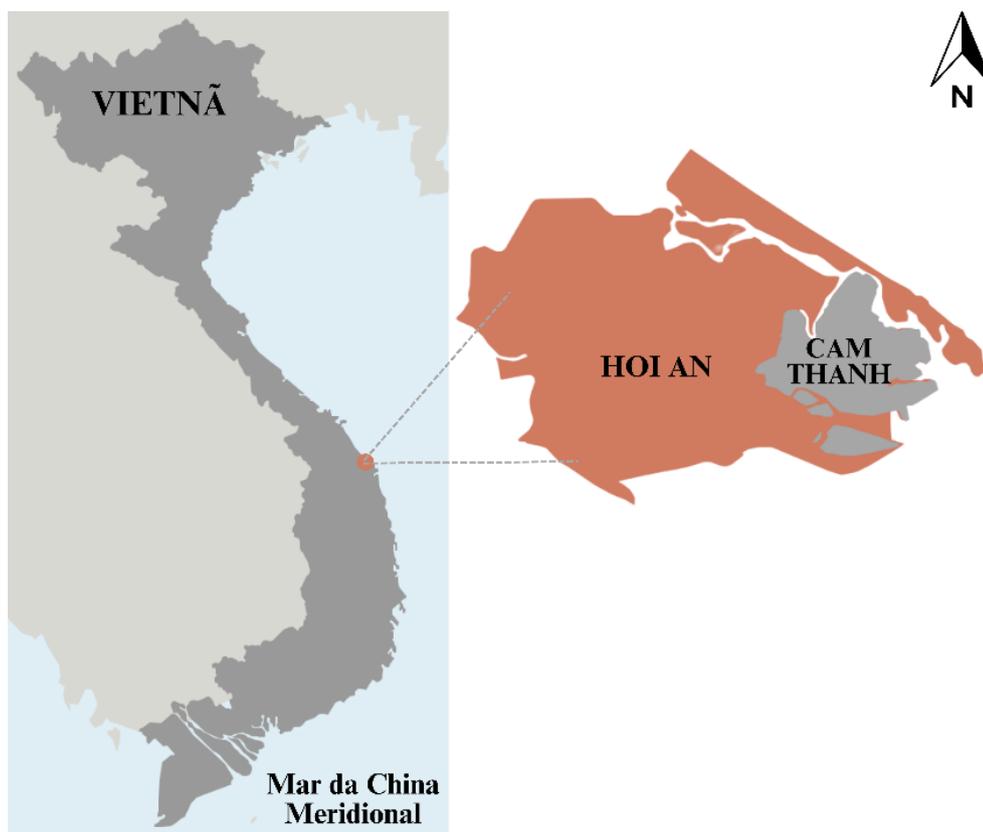
Neste item, propõe-se explorar e analisar dois exemplares de espaços culturais, abordando seu contexto, características arquitetônicas, processo de projeto, e relevância projetual. Os referenciais a serem descritos estão inseridos em escala internacional. A escolha se deu pela ausência de referencial similar ao da proposta deste trabalho no âmbito nacional, com documentos necessários para compor este tópico. Sendo assim, os objetos de estudo se situam na zona rural e em um campo de refugiados de Países o exterior. Essa escolha objetivou evidenciar o valor dos centros culturais nos diversos cenários.

### **4.1 Centro Comunitário Cam Thanh**

#### **4.1.1 Contexto**

A cidade litorânea de Hoi An é conhecida por sua bela paisagem natural e pelos bairros históricos, que representam um significativo ponto turístico internacional do Vietnã. No Sudeste da cidade se localiza Cam Thanh, bairro rural também conhecido por seus cenários naturais e pequenas vilas locais, observado na Figura 07, que tem grande potencial turístico, entretanto, por questões de distanciamento do centro da cidade permanece sendo uma região pobre, com baixo padrão de vida (ArchDaily 2020).

Figura 5 – Localização de Cam Thanh.



Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Diante desse contexto, surgiu a iniciativa de estabelecer o Centro Comunitário Cam Thanh, um espaço físico concebido com a finalidade de promover a conexão entre os usuários e o lugar e estimular o turismo, contribuindo com a economia local e o desenvolvimento sustentável da comunidade, mantendo ao mesmo tempo as preciosas raízes culturais locais (ArchDaily 2020).

#### 4.1.2 Características Arquitetônicas

O complexo se inspira na arquitetura vernacular, fazendo uso eficiente dos materiais e recursos locais. A estrutura é em madeira robusta e bambu, o fechamento é com paredes de tijolo e adobe de camada dupla, que criam isolamento acústico e almofadas de ar. A cobertura da edificação em palhas de coqueiro e o uso de videiras suspensas nos jardins e espaços externos funcionam como isolantes térmicos que reduzem a radiação solar, proporcionando ambientes confortável, Figuras 8 e 9 (Arquiteturaviva, 2020).

Figura 6 – Estrutura interna da Cobertura.



Fonte: ArchDaily (2020).

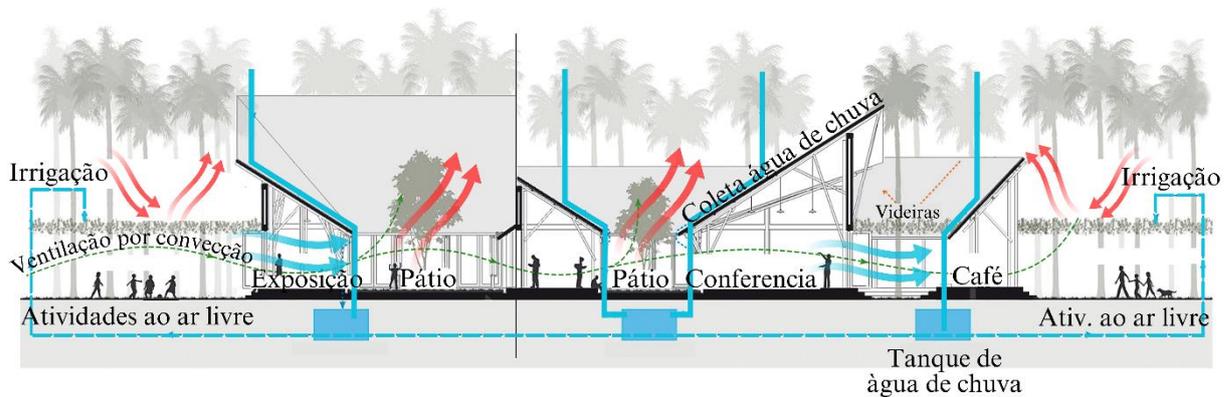
Figura 7 – Estrutura externa da Cobertura na composição de fachada



Fonte: ArchDaily (2020).

Com o objetivo de proporcionar sombreamento e aprimorar o conforto térmico nos espaços externos, foram incorporados jardins com palmeiras da espécie nativa areca, sobre as quais foram instaladas telas com vinhas. A cobertura faz captação de água de chuva, que a reutiliza para irrigação dessas plantas e o suprimento dos banheiros, sendo armazenada em tanques subterrâneos. Além disso, a inclinação acentuada do telhado foi projetada para facilitar a circulação do ar, promovendo a saída do ar quente, Figuras 10, 11 e 12 (ArchDaily 2020).

Figura 8 – Corte esquemático - sistema de captação de água da chuva.



Fonte: Arquitectura Viva (2020).

Figura 9 – Vista externa superior da cobertura.



Fonte: ArchDaily (2020).

Figura 10 – Telas de vinhas.

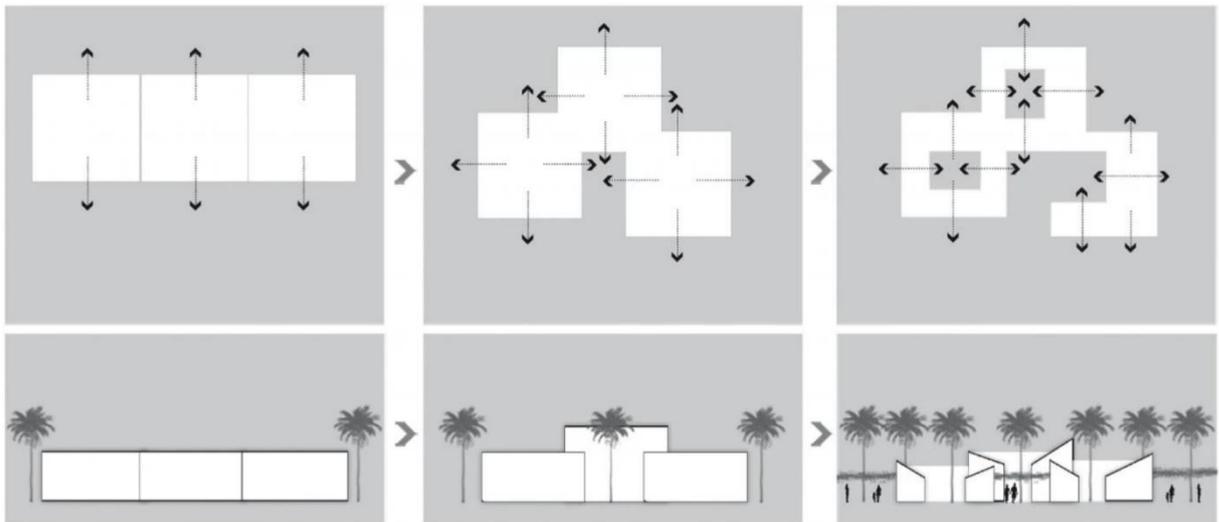


Fonte: ArchDaily (2020).

#### 4.1.3 Processo de Projeto

O complexo é composto por três blocos interligados, que permite um fluxo livre de entrada e saída, tendo dois acessos principais, no entanto, há diversas aberturas em todas as fachadas. Edificado em 2015, ocupando uma área de 550m<sup>2</sup>, o projeto foi concebido pelo escritório de arquitetura 1+1>2 Architects (ArchDaily 2020).

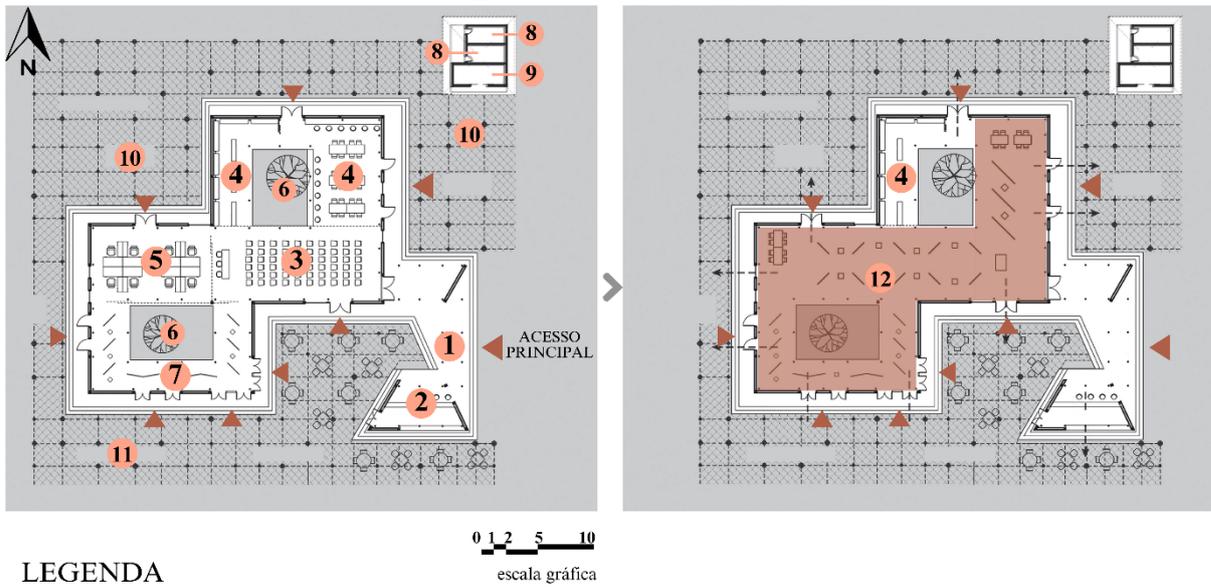
Figura 11 – Evolução projetual em Planta Baixa e Fachada.



Fonte: Arquitectura Viva (2020).

O Centro Comunitário Cam Thanh abrange um conjunto de instalações, que incluem lobby, cafeteria, biblioteca, sala de conferência, exposição, escritório, espaços de atividades e exposição ao ar livre, jardins, parque infantil, horta orgânica, sanitários e depósito. A flexibilidade, a partir das divisórias móveis do complexo permitem a adaptado para diferentes fins, tornando possível modificar os espaços internos para uma sala multifuncional, conforme Figura 14 (Arquiteturaviva, 2020).

Figura 12 – Planta Baixa.



## LEGENDA

- |                        |               |              |                            |
|------------------------|---------------|--------------|----------------------------|
| 1. Lobby               | 3. Biblioteca | 6. Exposição | 10. Atividades ao ar livre |
| 2. Cafeteria           | 4. Escritório | 7. Sanitário | 11. Exposição ao ar livre  |
| 3. Sala de conferência | 5. Jardim     | 8. Depósito  | 12. Sala Multifuncional    |

Fonte: Arquitectura Viva (2020), adaptado pela autora.

## 4.1.4 Relevância projetual

A implantação do Centro Comunitário Cam Thanh não apenas impulsionou o desenvolvimento de Cam Thanh e atraiu visitantes, mas também preservou a história da região. A identidade local é perpetuada através das diversas características do centro comunitário. Dessa forma, a sustentabilidade, originalmente concebida no projeto para o âmbito ecológico, é estendida para o âmbito social (ArchDaily 2020).

Figura 13 – Fachada Principal.



Fonte: ArchDaily (2020).

Figura 14 – Vista superior - Implantação.



Fonte: ArchDaily (2020).

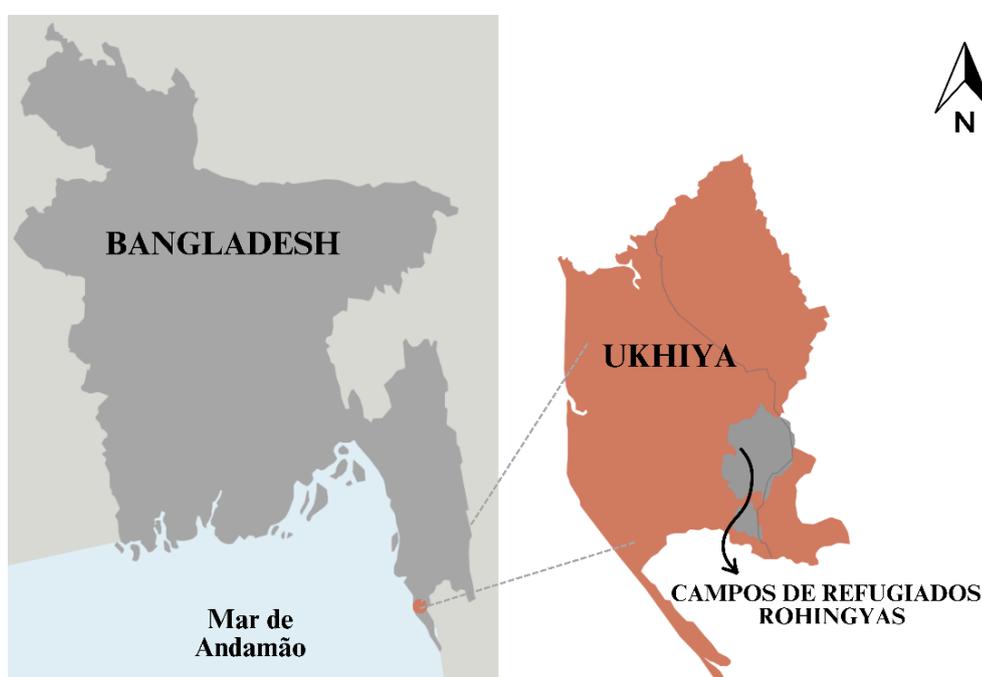
A utilização da arquitetura vernacular valorizou os recursos locais de Cam Thanh, criando um complexo que se integra ao contexto onde está inserido. Ao refletir a cultura local nos elementos arquitetônicos, o projeto se torna uma expressão de identidade da comunidade, promovendo utilidade, conexão social e um forte sentimento de pertencimento.

## 4.2 Centro de Memória Cultural Rohingya

### 4.2.1 Contexto

Os Rohingya, uma minoria étnica muçulmana, enfrentam há décadas abusos e violações de direitos humanos em Mianmar, um país majoritariamente budista. Desde os anos 1970, centenas de milhares dessa comunidade têm fugido da perseguição militar e da discriminação étnica em busca de refúgio em países como Bangladesh, Figura 17 (Pedrini; Teodoro; Komatsu, 2019).

Figura 15 – Localização do Campo de Refugiado Rohingyas.



Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Contudo, a insegurança e vulnerabilidade dos Rohingya persistem mesmo após buscarem refúgio em outros países. Nos campos de refugiados em Bangladesh, eles enfrentam a falta de acesso a serviços de saúde e educação, estão expostos a novos episódios de violência, e receiam que sua cultura esteja ameaçada (Pedrini; Teodoro; Komatsu, 2019; SWI, 2021).

Diante desse cenário, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) estabeleceu o Centro de Memória Cultural Rohingya, construído no campo de refugiados em 2022, e destinado ao grupo étnico muçulmano de Mianmar, o complexo conta com uma área de 501 m<sup>2</sup>, tendo projeto desenvolvido pelo arquiteto Rizvi (OIM, 2021; ArchDaily, 2022).

A implantação do centro luta pela identidade perdida e pela saúde mental da comunidade, busca fortalecer a cultura e valores que foram afetados pela incerteza de vida, que embora não possuam terras, as histórias, conhecimentos e sabedoria geram esperança. (SWI, 2021; ArchDaily, 2022).

Os antigos membros e artesãos Rohingya que possuíam experiência partilhavam suas técnicas e saberes, ensinando as novas gerações os métodos que eram utilizados. Foram as suas histórias e modos de vida que revelaram a melhor abordagem projetual, Figuras 18 e 19 (ArchDaily, 2022).

Figura 16 – Materiais com técnicas dos antigos artesãos Rohingyas.



Fonte: ArchDaily (2022).

Figura 17 – Artesãos confeccionados peças com as técnicas do antigos.



Fonte: ArchDaily (2022).

#### 4.2.2 Características Arquitetônicas

A comunidade possui habilidades em manuseio com materiais naturais, diante disso, as técnicas familiares dos Rohingya foram utilizadas na construção do Centro. As coberturas foram planejadas para captar água de chuva, a extensão do telhado assegura proteção contra as intemperes e oferece espaços envolventes, permitindo a livre circulação pelos espaços ao redor do salão principal, os pátios internos contam com iluminação natural a partir de rasgos nos telhados. Assim, as coberturas em folhas de palmeira nipa, as portas e janelas em modelos tradicionais, e as diversas técnicas de tecelagem em bambu para vedação tornaram o processo contínuo, Figuras 20 e 21 (ArchDaily, 2022).

Figura 18 – Vedação de tecelagem em bambu e o processo da cobertura



Fonte: Archdaily (2022).

Figura 19– Execução da cobertura.

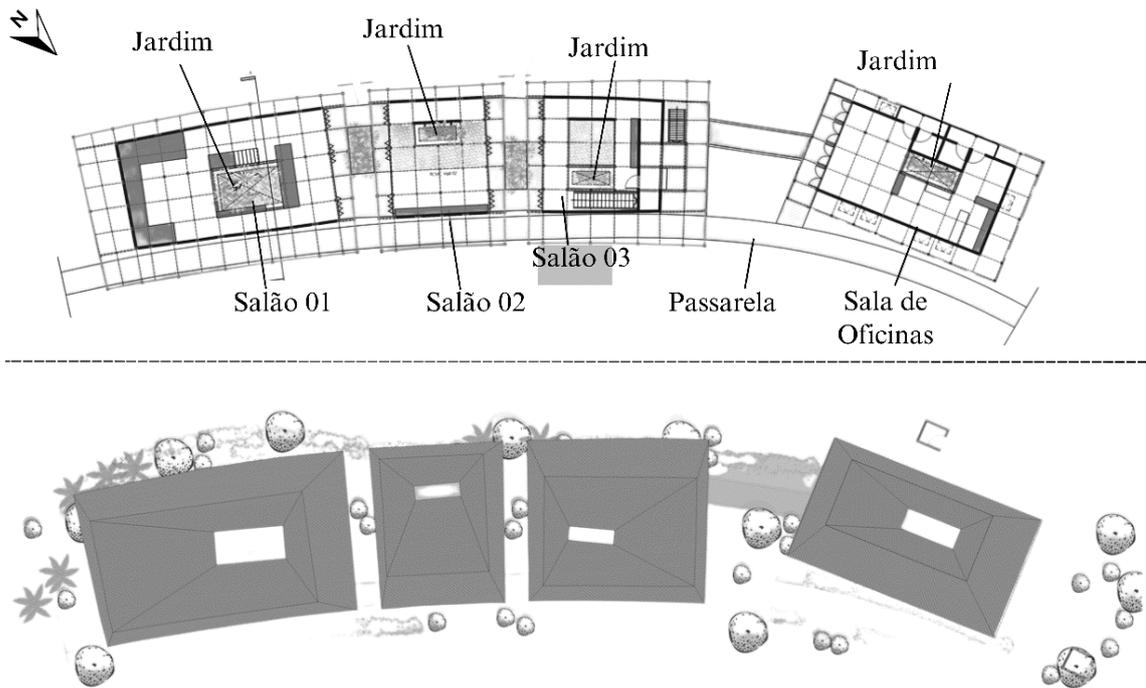


Fonte: Archdaily (2022).

### 4.2.3 Processo de Projeto

Situado no topo de uma colina no centro do acampamento, o complexo garante flexibilidade a partir de estruturas removíveis, criando um esquema temporário no acampamento. A construção abriga um centro de aprendizagem, auditório ao ar livre, sala de exposições e oficinas Figuras 22, 23 e 24 (Arquiteturaviva, 2022).

Figura 20 – Planta Baixa e Cobertura.



Fonte: ArchDail (2022), adaptado pela autora.

Figura 21 - Vista superior



Fonte: ArchDaily, (2022).

Figura 22 - Vista interna sala de exposições



Fonte: ArchDaily, (2022).

#### 4.2.4 Relevância projetual

A implantação do Centro de Memória Cultural Rohingya, fornece a essa comunidade um espaço físico adequado para preservar e fortalecer suas tradições e cultura, que visa enfrentar a "crise de identidade", identificada por três quartos dos refugiados. Sendo assim, o projeto atua como um alicerce para a preservação e promoção da cultura rica desse grupo, contribuindo para fortalecer a identidade coletiva da população Rohingya (CESCS, 2021).

### 4.3 Comparação e Análise dos Casos

Ambos os referenciais possuem significativa relevância para suas respectivas comunidades, cada um com propósitos específicos, embora compartilhem semelhanças. A implementação do Centro Comunitário Cam Thanh foi voltada para fomentar o desenvolvimento local e fortalecer a cultura dentro da comunidade. Da mesma forma, o Centro de Memória e Memória Cultural Rohingya foi concebido para proporcionar um espaço de resgate da identidade cultural perdida dos Rohingya.

Em relação aos pontos positivos do Centro Comunitário Cam Thanh se destaca, a inspiração na arquitetura vernacular, incorporando elementos arquitetônicos regionais, conferindo-lhe uma autenticidade que reflete a identidade local. Além disso, o espaço comunitário é um complexo sustentável demonstrando um compromisso e responsabilidade

ambiental.

Entre os aspectos negativos identificados, está o distanciamento dos sanitários, visto que não há nenhuma cobertura que interligue o complexo aos sanitários. Além disso, o depósito apresenta área insuficiente para armazenar as mobílias quando houve a mudança dos ambientes para sala multifuncional. Outro ponto é a acessibilidade, os desníveis existentes entre o externo e o interno do complexo é vencido apenas por degraus.

O Centro de Memória Cultural Rohingya apresenta um significativo ponto positivo, nele a arquitetura incorpora um profundo valor simbólico, que vai além da funcionalidade física. Os elementos utilizando representam valores e traços culturais dos refugiados, sendo um espaço de preservação histórica, celebração e fortalecimento da identidade única desse povo. Além disso, a arquitetura é projetada com um sistema que possibilita a remoção e instalação do complexo em outro local, conferindo-lhe flexibilidade e adaptabilidade.

O único ponto negativo observado, tendo em visto o contexto em que está inserido, é a falta de acessibilidade, o edifício encontra-se no topo da colina e visualmente só foi identificado a escadas.

## 5 PROJETO ARQUITETÔNICO

### 5.1 Localização

O terreno escolhido para a implantação do Centro Cultural é um lote de área comum do assentamento Caio Prado, localizado na segunda agrovila. Esta agrovila, que funciona como sede do assentamento está situada na parte mais alta da região. Nessa área, além do lote, encontram-se o campo de futebol, igreja católicas e protestante, mercearias, balneário e a cocheira, utilizada para as reuniões e debates comunitários. Assim, a escolha do lote foi estratégica, considerando sua posição central e o índice de movimentação da agrovila (Figura 23).

Figura 23 - Principais pontos do Segunda Agrovila.



LEGENDA

□ Lote  
 □ Balneário  
 □ Merceria  
 □ Campo de Futebol  
 □ Cocheira  
 □ Igreja

Fonte: Google Earth (adaptado pela autora), 2024.

O terreno conta com uma área de 3.144,70<sup>2</sup>, em formato triangular nas dimensões, seu perímetro se encontra 100,0 % coberto de vegetação e apresenta um desnível de aproximadamente 2,0 m de altura, conforme (figura 24).

Figura 24 - Gráfico de Elevação do Google Earth.



Fonte: Google Earth (adaptado pela autora), 2024.

O terreno é de formato triângulo, situado entre a estrada capivara, rua A e B, essa característica oferece maior flexibilidade no projeto, permitindo uma maior exposição arborização de diferentes portes.

Figura 25 - Terreno escolhido, cruzamento da rua A e B.



Fonte: Autor, 2024

Figura 26 - Terreno escolhido, cruzamento da Estrada Capivara e rua B.



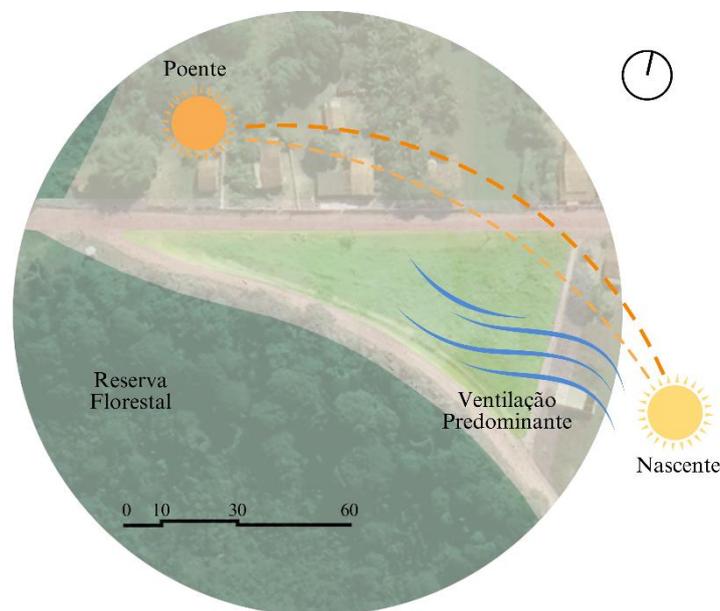
Fonte: Autor, 2024

O formato triangular do terreno, somado ao desnível de 2 metros, inicialmente apresentou desafios na concepção do projeto, mas acabou permitindo a implementação de soluções que não só integram o edifício de maneira mais harmoniosa à paisagem natural, como também garantem uma circulação fluida e eficiente dentro do espaço.

## 5.2 Análise das Condicionantes do Terreno

Com o objetivo de trazer ventilação natural e o conforto térmico, a fachada principal da edificação foi estrategicamente orientada para sul, direção com menor incidência solar. O projeto incorpora amplas esquadrias em vidro e madeira, permitindo a entrada de iluminação e ventilação natural. A proposta também faz uso da arborização como barreira solar, principalmente na praça.

Figura 27 - Direção de ventilação e insolação do lote.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A posição do sol ao longo do dia é indicada pela trajetória laranja pontilhada. O poente, ou seja, o ponto onde o sol se põe, é um fator importante para determinar a orientação do edifício, especialmente para o controle de aquecimento e iluminação natural dos espaços internos. As linhas azuis indicam a direção dos ventos predominantes no local, provenientes do Leste, essa ventilação natural é um recurso valioso para o projeto. Na parte inferior esquerda da imagem, há uma extensa área verde que representa a reserva florestal próxima ao lote. Essa reserva não só contribui para a ventilação natural como também atua como uma barreira natural contra a insolação direta.

### 5.3 Legislação

A fim de alcançar maior eficiência, o projeto deve ser desenvolvido em conformidade com a legislação vigente, considerando as condicionantes climáticas e do entorno, adaptando à tipologia ao contexto regional.

De acordo com Plano Diretor de Estância, Lei nº 2.145/2020, os assentamentos rurais reconhecidos pelo INCRA se encontram na Zona de Agricultura Familiar 1, inseridos na Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável. No art. 50º. do parágrafo único descreve que o objetivo desta zona é apoiar as atividades dos assentados, valorizando a contribuição da agricultura familiar de base ecológica, bem como para a produção de alimentos e serviços essenciais à segurança alimentar.

Figura 28 - – Parâmetros de Ocupação da Zona de Agricultura Familiar 1.

Macrozona	Zona	CA-min	CA-B	CA-max	TO	TP	R. Frente	R. Laterais	Gabarito de Altura	PV
Macrozona Rural de Desenvolvimento Sustentável	Zona de Agricultura Familiar 1	-	-	0,2	-	60	-	-	-	-

Fonte: Plano Diretor do Município de Estância-SE, (adaptado pela autora), 2024.

Como visto no quadro acima, o Plano Diretor fornece apenas dois parâmetros urbanísticos para a Zona de Agricultura Familiar 1, sendo estes o coeficiente de aproveitamento e a taxa de permeabilidade. No entanto, é necessário destacar que o parâmetro de taxa de permeabilidade se refere à gleba dos assentados e não às construções comunitárias do assentamento.

Considerando a carência de dados específicos para esta zona, foram adotadas as diretrizes da Zona SCU - Setor de Consolidação Urbana, para compor os parâmetros urbanísticos faltantes. Os dados da Zona SCU foram utilizados por ser bairro mais próximo da comunidade, localizado a 7,2 km de distância do assentamento.

Figura 29 - Parâmetros de Ocupação do Solo adotados.

CA	TO	TP	R. Frente	R. Laterais	Gabarito de Altura
0,2	70	20	2	1,5	-

Fonte: Plano Diretor do Município de Estância-SE, (adaptado pela autora), 2024.

Assim, os parâmetros urbanísticos utilizados para a concepção do projeto mesclaram dados da Zona de Agricultura Familiar 1 e da Zona SCU – Setor de Consolidação Urbana, buscando adaptar as regulamentações urbanísticas à realidade local.

#### 5.4 Conceito e partido

A identidade cultural é alma dos assentamentos provenientes das políticas públicas do Movimento Sem Terra, através dela é refletida as tradições e luta pela terra e justiça. Cada espaço, cada construção, carrega a história e o espírito de resistência do povo. Sendo assim os conceitos e partido arquitetônico devem refletir essa identidade, trazendo o pertencimento da comunidade com o centro cultural.

Ao aplicar os conceitos de identidade cultural e arquitetura vernacular, busca-se criar um espaço que reflita e celebre a identidade cultural da comunidade “sem-terra”, utilizando técnicas construtivas tradicionais, juntamente com a participação ativa da comunidade na produção dos blocos de barro.

Assim, o partido inovador do Centro Cultural é fundamentado na utilização de blocos de terra comprimida, refletindo o profundo valor que o barro possui para o ser 'sem-terra', sendo utilizado nas construções iniciais das moradias dos assentados, chamados de barraco de taipa.

#### 5.5 Programa de necessidades

O programa de necessidades do Centro Cultural foi desenvolvido com ênfase em atividades que promovem e refletem a cultura do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Alguns espaços foram projetados para acomodações de atividades já existentes na comunidade, como as aulas de capoeira, que atualmente são realizadas nas casas dos alunos

devido à falta de um local adequado. As aulas, são ministradas por um assentado de forma voluntária e sem fins lucrativos. Outro projeto que existia na comunidade era a oficina de bordados, porém essa atividade foi suspensa há muitos anos devido à falta de investimentos. As aulas eram ministradas por uma assentada, que, diferentemente da capoeira, recebia remunerações pelo seu trabalho.

Assim, com o objetivo de fornecer espaços adequados para abrigar essas e diversas outras atividades, o Centro Cultural contará com os seguintes ambientes, distribuídos em sete setores, organizados conforme suas funções específicas:

- Setor Cultural

Este setor foi planejado visando promover a diversidade cultural, fortalecendo a identidade do assentamento. Os espaços foram projetados para abrigar uma variedade de atividades culturais que celebram a história do MST e dão continuidade a iniciativas já existentes, proporcionando um ambiente rico em experiências e aprendizado. Neste, estarão dispostos a exposição, os ateliês e o anfiteatro, criando um conjunto de ambientes que estimulam a produção cultural, a troca de saberes e a celebração das tradições locais.

Figura 30 - Quadro do Setor Cultural.

<b>SETOR CULTURAL</b>				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>EXPOSIÇÃO</b>	<b>1</b>	<b>37,45</b>	
	<b>ATELIÊ</b>	<b>4</b>	<b>145,55</b>	
	Costura e Bordado	1	31,59	
	Artesanato	1	27,66	
	Video e Cinema	1	43,18	21 assentos
	Capoeira	1	43,12	
	<b>ANFITEATRO</b>	<b>3</b>	<b>131,85</b>	
	Arquibancada	1	40,32	cap. para 44 pessoas
	Plateia	1	65,59	
	Palco	1	25,94	
		TOTAL:	<b>314,85</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Comercial

O setor comercial, com foco na feira livre, representa uma iniciativa promissora para o desenvolvimento da região. A implantação da feira, onde os próprios moradores

comercializam seus produtos, tem potencial para fortalecer a economia local e promover a agricultura familiar. E essa proposta da feira livre se alinha com a tradição de feiras locais já consolidada em Estância.

Figura 31 - Quadro do Setor Comercial.

<b>SETOR COMERCIAL</b>				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>FEIRA LIVRE</b>		<b>220,01</b>	
	Barracas	8 unidades	-	barracas desmontáveis
	<b>SANITÁRIO</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	
	Sanitário PcD Femenino		3,5	
	Sanitário PcD Masculino		3,5	
		TOTAL:	<b>227,01</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Lazer

O setor de lazer desempenha um papel fundamental na qualidade de vida da comunidade, os espaços de playgrounds oferecem segurança para as crianças brincarem, contribuindo para o seu desenvolvimento. A academia ao ar livre oferece aos moradores a oportunidade de ter acesso a equipamentos de ginástica que, devido à distância do centro urbano, seriam dificilmente alcançados.

Figura 32 - Quadro do Setor Lazer.

<b>SETOR LAZER</b>				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>PRAÇA</b>		<b>404,03</b>	
	<b>PLAYGROUD</b>	<b>2</b>	<b>107,89</b>	
	Playgroud 1		74,56	
	Playgroud 2		33,33	
	<b>ACADEMIA LIVRE</b>	<b>2</b>	<b>47,07</b>	
	Academia Livre 1		27,96	
	Academia Livre 2		19,11	
		TOTAL:	<b>404,03</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Social

O setor social demonstra uma preocupação em atender às necessidades básicas dos

usuários, como a circulação e o acesso a sanitários, este setor também abrange a recepção, que é o acesso principal ao bloco do centro cultural.

Figura 33 - Quadro do Setor Social.

SETOR SOCIAL				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>RECEPÇÃO</b>	<b>1</b>	<b>23,35</b>	
	<b>CIRCULAÇÃO</b>	<b>3</b>	<b>80,74</b>	
	Circulação 1	1	44,68	
	Circulação 2	1	27,71	
	Hall Sanitário	1	8,35	
	<b>SANITÁRIO</b>	<b>9</b>	<b>75,84</b>	
	Sanitário Feminino 1	1	15,5	
	Sanitário Masculino 1	1	15,42	
	Sanitário Feminino 2	1	15,44	
	Sanitário Masculino 2	1	15,44	
	Sanitário PcD Feminino	2	7,02	
	Sanitário PcD Masculino	2	7,02	
		TOTAL:	<b>179,93</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Horta Orgânica

A horta orgânica, além de produzir alimentos saudáveis, será um espaço de aprendizado prático para os assentados. Através de oficinas e atividades práticas, os participantes aprenderão técnicas de cultivo orgânico, desde a preparação do solo até a colheita.

Figura 34 - Quadro do Setor Horta Orgânica.

SETOR HORTA				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	
	<b>HORTA</b>		<b>157,12</b>	
	Horta Orgânica		157,12	
	Tanque de água		12,6	
		TOTAL:	<b>157,12</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Serviço

O setor de serviços é fundamental para o bom funcionamento de um centro cultural,

este oferece espaços de apoio ao bloco principal, ao anfiteatro, a feira livre e horta orgânica.

Figura 35 - Quadro do Setor Serviço.

<b>SETOR SERVIÇO</b>				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>GERAL</b>	<b>5</b>	<b>57,18</b>	
	Deposito geral		14,77	
	Carga e Descarga		29,1	
	Lixo comum		3,68	
	Lixo reciclável		3,74	
	Dml		5,89	
	<b>ANFITEATRO</b>	<b>4</b>	<b>31,51</b>	
	Deposito		11,5	
	Camarim		6,53	
	Banheiro		4,79	
	Circulação		8,69	
	<b>HORTA ORGÂNICA</b>	<b>3</b>	<b>25,78</b>	
	Despensa Horta		9,18	
	Lavagem Horta		7,36	
	Deposito Horta		9,24	
		<b>TOTAL:</b>	<b>114,47</b>	

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

- Setor Administração

O setor administrativo do centro cultural foi projetado de forma compacta e funcional, visando otimizar o espaço e atender às necessidades básicas da gestão do centro.

Figura 36 - Quadro do Setor Administração.

<b>SETOR ADMINISTRATIVO</b>				
		QUANT.	ÁREA (m <sup>2</sup> )	OBS.
	<b>ADM</b>	<b>2</b>	<b>28,73</b>	
	Sala de Reunião		14,99	
	Administração		13,74	
		<b>TOTAL:</b>	<b>28,73</b>	

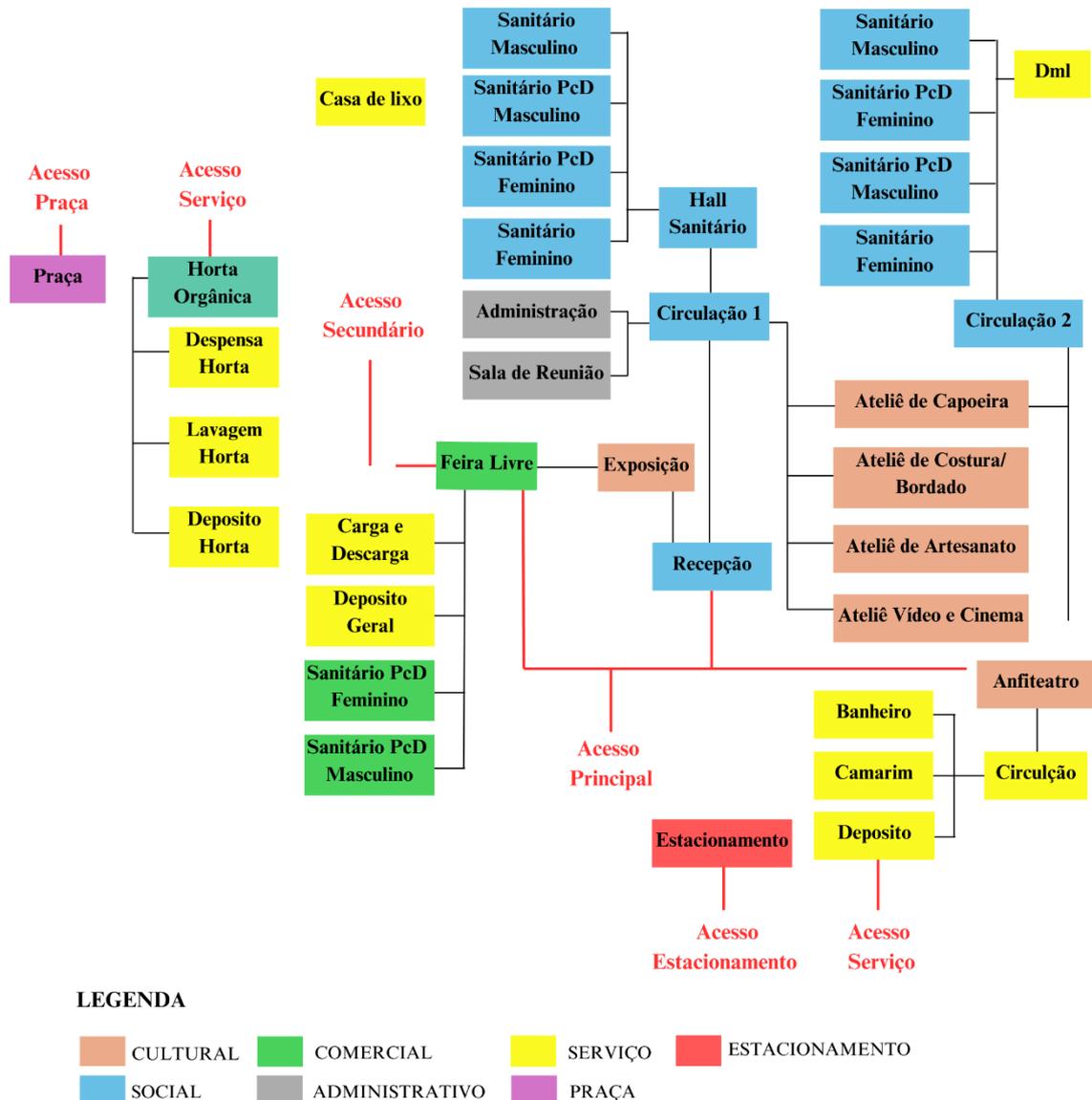
Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

## 5.6 Fluxograma

A proposta arquitetônica, desenvolvida em um único pavimento, alia a

funcionalidade dos espaços de estacionamento para carros, motos e bicicletas, recepção, exposição, ateliês, sanitários, administração, anfiteatro, feira livre, horta orgânicas, praça com playground e academia livre, além dos ambientes de apoio como carga e descarga, depósitos, despensa, lavagem, camarim e banheiro.

Figura 37 - Setorização e fluxograma.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O projeto apresenta uma organização espacial clara e funcional. A entrada principal, localizada na Rua A, dá acesso a entrada da edificação, ao anfiteatro e a feira livre. Na entrada

secundária voltada para a Estrada Capivara, o acesso é ligado com a feira livre. Essa organização espacial do projeto otimiza o fluxo de pessoas e facilitar a acessibilidade aos diferentes ambientes.

### 5.7 Plantas Arquitetônicas

Abaixo serão apresentadas algumas plantas arquitetônicas cruciais para o entendimento da proposta, sendo estas: planta de implantação (Figura 38), planta-baixa (Figura 39), planta de cobertura (Figura 40), corte AA (Figura 41), corte BB (Figura 42), corte CC (Figura 43), fachada sudoeste (Figura 44), fachada sudeste (Figura 45), fachada noroeste (Figura 46), fachada nordeste (Figura 47), e detalhamento da cobertura (Figura 48).

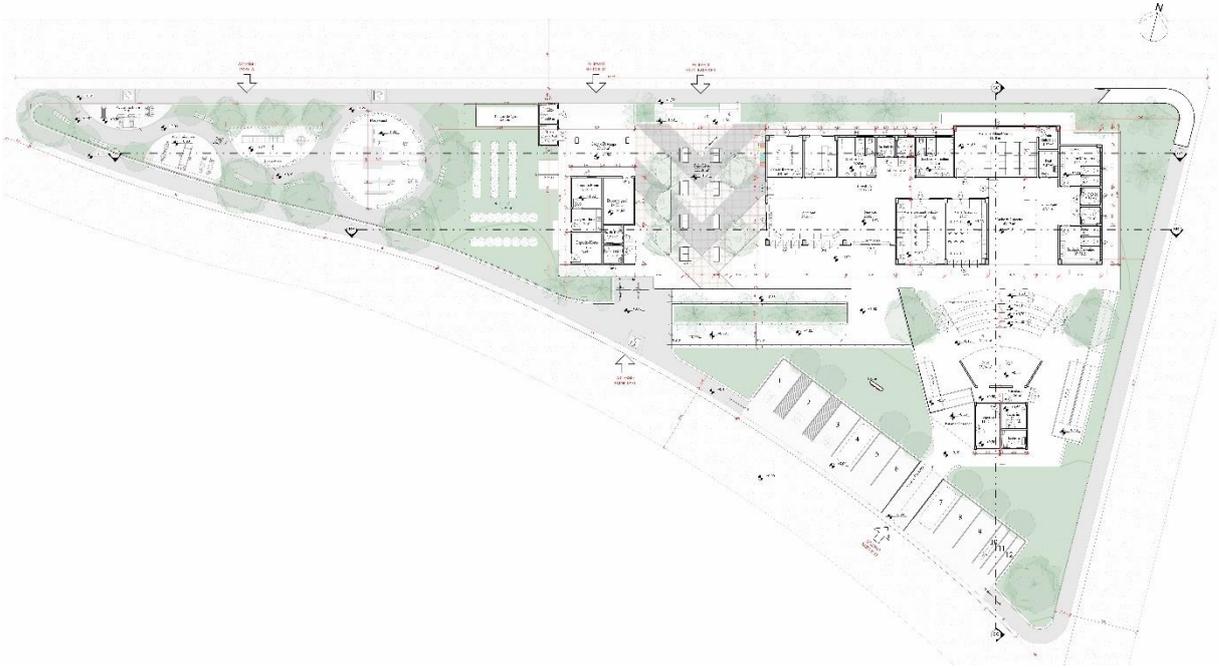
Figura 38- Planta de Implantação



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Observando a imagem, podemos identificar os seguintes pontos de acesso: Pela Rua A temos o acesso principal, do estacionamento e o bloco de apoio ao anfiteatro; pela Estrada Capivara ficam o acesso secundário, o de serviço, e dá o acesso da praça.

Figura 39 - Planta-Baixa.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A planta baixa revela uma organização espacial do centro cultural que reflete de forma clara o programa de necessidades, com uma divisão intuitiva dos ambientes e fluxos bem definidos. A integração do bloco cultural com o exterior, através da praça, feira livre e horta, cria um ambiente convidativo e conecta o centro cultural com a comunidade local.

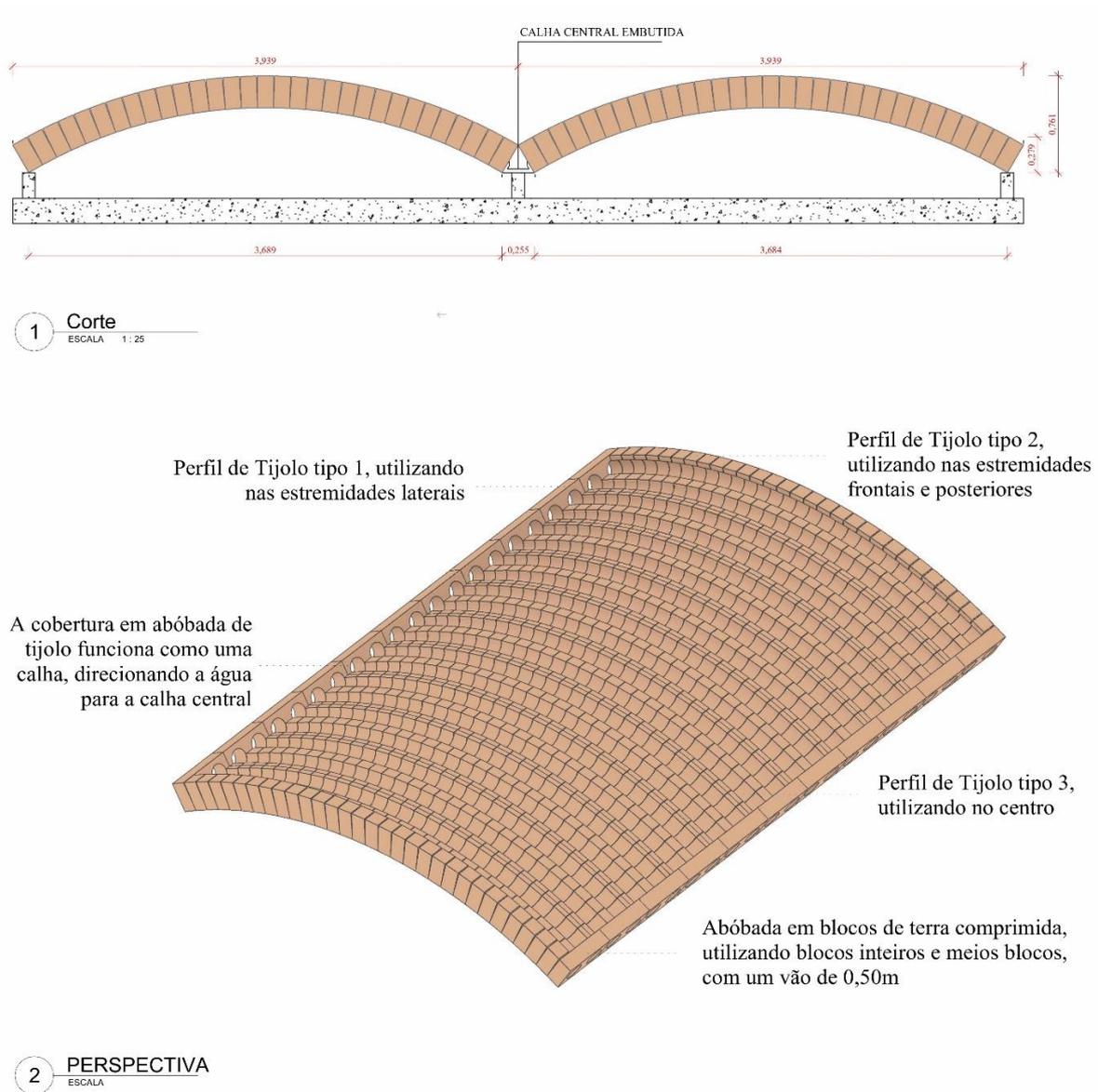
Figura 40 - Planta de Cobertura.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A cobertura do bloco cultural e do serviço do anfiteatro é em abóbada de tijolo de terra comprimida, aliada à impermeabilização, que confere à edificação um caráter tradicional e sustentável. Já o uso de telha de fibrocimento no setor de serviços foi implantado por ser uma opção prática e econômica. A cobertura será composta por três módulos de blocos, que poderão ser confeccionados pela própria comunidade, incentivando a participação local e a valorização do trabalho artesanal. Além de sua função estrutural, o telhado atuará como uma calha, redirecionando a água da chuva para uma calha central (Figura 41).

Figura 41 – Detalhamento da cobertura



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O corte AA exhibe ambientes do bloco cultural, passando pela sala de reunião, administração, sanitários, ateliê de vídeo/cinema e dml. O corte também passa pela feira livre, carga e descarga, horta orgânica e praça. O conceito estratégico da utilização de abóbadas de tijolo de terra comprimida não apenas confere uma forma arquitetônica distinta e harmônica, mas também promove um ambiente interno confortável ao reduzir a absorção de calor (Figura 41).

Figura 42 - Corte AA.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

No corte BB observa-se novamente alguns espaços do bloco cultural, exibindo o ambiente da recepção, exposição, ateliês de costura/bordados, artesanatos e capoeira, neste ainda é vista a circulação e sanitário. As aberturas são projetadas levando em consideração a funcionalidade de cada ambiente, como nos ateliês, onde a iluminação e ventilação são fundamentais (Figura 42).

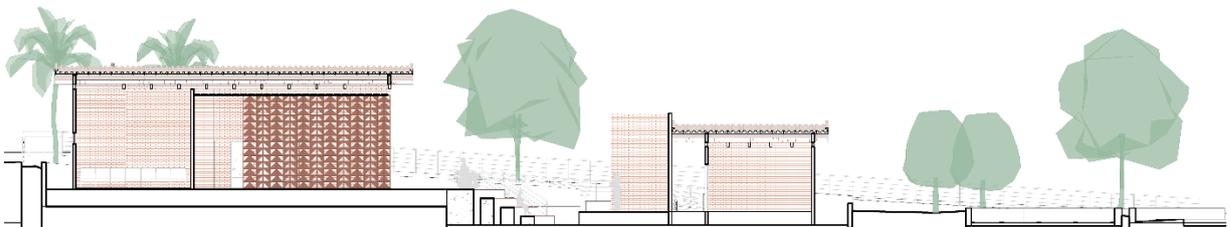
Figura 43 - Corte BB.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O corte CC exibi o anfiteatro e bloco cultural, na direita se observa o depósito do anfiteatro, circulação, palco e plateia, na esquerda segue os ambientes de ateliê de cinema/vídeo, e ateliê de capoeira. Neste corte se observa claramente o desnível do anfiteatro, encontrando-se semi-enterrado, onde foi aproveitando a declividade do terreno (Figura 43).

Figura 44 - Corte CC.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na fachada sul, fachada principal do centro cultural é visto de forma longitudinal

todo o lote, visualizando o estacionamento, anfiteatro, bloco cultura, feita livre, bloco serviço, horta orgânica e praça (Figura 44).

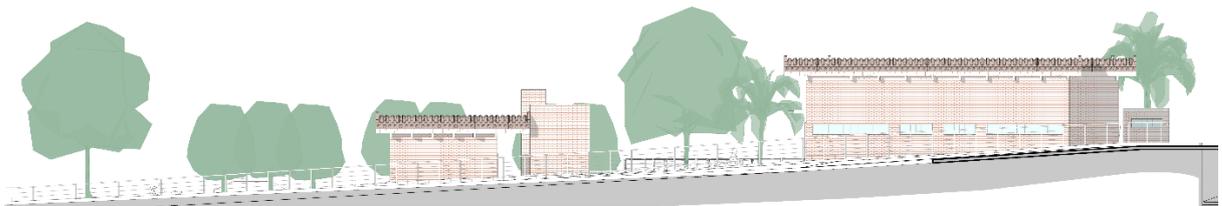
Figura 45 - Fachada Sul.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A partir da vista leste, visualiza-se a lateral direita do anfiteatro e bloco cultural, nesta vista se evidencia também o desnível entre os blocos (Figura 45).

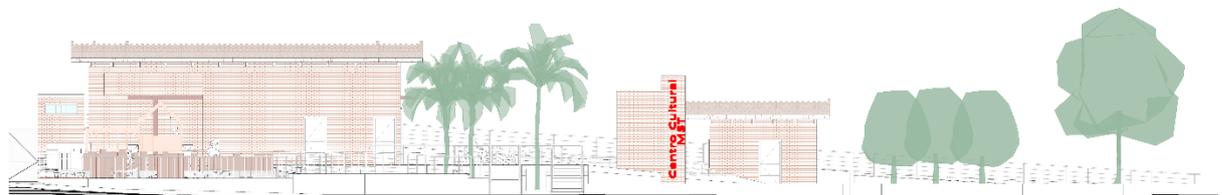
Figura 46 - Fachada Leste.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Na fachada oeste destaca-se a frente, na lateral esquerda a praça, este espaço conta com diversas árvores de vários portes, que foram ocultadas, para melhor visualização da construção em si. Atrás da praça se encontra o bloco de serviço e posteriormente o cultural, na lateral direita temos o anfiteatro e estacionamento (Figura 46).

Figura 47 - Fachada Oeste.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A fachada norte exhibe o projeto de maneira longitudinal, ilustrando a casa de lixo,

bloco cultural, feira livre, bloco serviço, horta orgânica e praça, está é a fachada secundária do projeto, sendo o acesso pela feira (Figura 47).

Figura 48 - Fachada Norte.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A seguir serão apresentadas perspectivas da volumetria externa do edifício (Figura 48), evidenciando o anfiteatro (Figura 49), feira livre (Figura 50), horta orgânica (Figura 51), praça (Figura 52) e (Figura 53).

A fachada principal do centro cultural apresenta um desenho simples e funcional, com uma linguagem arquitetônica que valoriza a tradição e a integração com o entorno natural. A escolha dos materiais, as cores e as aberturas contribuem para criar um ambiente acolhedor e convidativo (Figura 49).

Figura 49 - Volumetria fachada principal.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A figura 50 representa o anfiteatro do Centro Cultural, um elemento arquitetônico que reflete o conceito de inclusão e valorização da cultura local. A solução em arquibancada aproveita o desnível natural do terreno, proporcionando uma estrutura que integra a topografia ao projeto, promovendo uma relação harmoniosa entre o edifício e o ambiente. A arquibancada

é projetada em degraus, permitindo que o público se acomode de forma confortável e acessível, contando com escadas e rampa de acesso.

O uso de tijolos aparentes na construção reforça a identidade vernacular, um dos princípios adotado no partido arquitetônico do projeto. Os tijolos remetem às construções tradicionais de taipa e barro, evidenciando a sustentabilidade ao utilizar materiais locais. A presença de árvores na área também contribui para o sombreamento e a qualidade ambiental do espaço, promovendo uma interação mais agradável com o entorno.

Figura 50 - Vista anfiteatro.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O espaço da feira livre do Centro Cultural, foi planejado para acomodar até oito barracas desmontáveis. O pergolado tem a função principal de delimitar o perímetro do espaço da feira no projeto, criando uma transição visual e física entre a área de circulação e as atividades da feira. As barracas são bem distribuídas, e a escolha por estruturas desmontáveis confere flexibilidade ao espaço, permitindo que o local seja adaptado para diferentes usos, conforme necessário. A arborização no espaço da feira livre foi estrategicamente posicionada para fornecer sombra natural a cada barraca, criando um ambiente confortável.

Figura 51 - Vista feira livre.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

A horta orgânica desempenha um papel importante para a promoção da agricultura sustentável na comunidade, se faz necessário destacar que a irrigação das hortaliças, será através da coletada de água da chuva.

Figura 52 - Vista horta orgânica.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 53 - Vista playground, praça.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Figura 54 - Vista academia livre, praça.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

O playground (figura 53), cercado por troncos de madeira, oferece um ambiente seguro e divertido para as crianças. A praça conta ainda com academia ao ar livre (figura 5), um espaço democrático e inclusivo para a prática de atividades físicas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, a revisão bibliográfica oportunizou o conhecimento de cronologias históricas do MST, conceitos e definições arquitetônicas de Centro Cultural, além de demonstrar a pertinência da proposta de elaboração do projeto arquitetônico de Centro Cultural no Assentamento Caio Prado.

O projeto de Centro Cultural, efetivamente, irá proporcionar o fortalecimento acerca da identidade da comunidade, que foi formada a partir de políticas do movimento sem-terra, mais para além disso, visará promover desenvolvimento econômico para comunidade a partir desse espaço cultural. Pois, o projeto promoverá ambientes para oficinas de artesanato, hortas orgânicas e dentre vários outros, com intuito de que essas atividades possam vir a gerar renda.

O Centro Cultural MST é mais do que uma construção; é um movimento em prol da justiça social e cultural. O acesso à cultura não é um privilégio, mas um direito fundamental, e é esse direito que o presente trabalho busca garantir à comunidade do assentamento Caio Prado. Assim, o objetivo deste projeto é quebrar esse paradigma, provando que a cultura deve e pode estar presente em todos os lugares, e que um Centro Cultural pode prosperar e transformar realidades fora dos centros urbanos.

Além da transformação econômica e social, o projeto promove uma visão de sustentabilidade. O uso de técnicas de coleta de água de chuva para controle da horta e a escolha de materiais de baixo impacto ambiental reafirmam o compromisso com a preservação do meio ambiente. Essas práticas também incentivam a comunidade a adotar um estilo de vida mais sustentável e consciente, fomentando uma nova relação com a terra e os recursos naturais.

Esse projeto não apenas desafia a visão tradicional de um centro cultural como algo limitado ao espaço urbano, mas abre novas possibilidades para que o assentamento Caio Prado se torne um polo de inovação, cultura e desenvolvimento humano.

Objetivando assim:

- Evidenciar o valor da identidade cultural para o ser "sem-terra", bem como seu papel enquanto pilar na jornada de luta e conquista da terra;
- promover a democratização da cultura para os moradores do assentamento

Caio Prado por meio da implementação do centro cultural;

- investigar quais atividades e espaços são necessários para abrigar eventos e atividades culturais relacionados ao MST, bem como examinar outras iniciativas culturais já realizadas anteriormente no assentamento;
- propor um projeto que integre a arquitetura com as características regionais, promovendo o fortalecimento da identidade cultural do “sem-terra”.

De maneira geral, além de contribuir para democratização da cultura, espera-se com este trabalho trazer uma visão do valor, que esses espaços representam para qualquer público, fomentando conteúdos referentes a importância da cultura para formação do indivíduo.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Valéria de Oliveira. **Reforma Agrária no Governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006.
- ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda Caldas. **A Reforma agrária na contramão: a controvertida experiência do Banco da Terra**. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Juiz de Fora, julho de 2003.
- ARANTES, Otília B. F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: **Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- ArchDaily, 2020. **Centro Comunitário Cam Thanh / 1+1>2 Architects**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/949278/centro-comunitario-cam-thanh-1-plus-1-2-architects>. Acesso em: 30 set. 2023.
- ArchDaily, 2022. **Centro de Memória Cultural Rohingya / Rizvi Hassan**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/982995/centro-de-memoria-cultural-rohingya-rizvi-hassan>. Acesso em: 02 out. 2023.
- Arquitetura Viva, 2020. **Centro comunitário em Cam Thanh**. Disponível em: <https://arquiteturaviva.com/obras/centro-comunitario-en-cam-thanh>. Acesso em: 30 set. 2023.
- Arquitetura Viva, 2022. **Centro de Memória Cultural Rohingya**. Disponível em: <https://arquiteturaviva.com/obras/centro-de-la-memoria-cultural-rohingya>. Acesso em: 02 out. 2023.
- BALDI, Fabiana; ORSO, Paulino José. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST–Educação em Movimento**. Revista HISTEDBR On-Line, v. 13, n. 50, p. 275-285, 2013.
- BARROS, Clarissa Fernandes do Rego. **MST: lutas, história, perspectivas**. História Agora, v. 6º, 2008.
- BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. **A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números**. Estudos avançados, v. 11, 1997.
- BOGO, Ademar. **Lições da luta pela terra**. 1999.
- BOGO, Ademar. **O Vigor da Mística**. Caderno de cultura nº 2. São Paulo: MST, 2002.
- BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE**. Censo 2020-Fortaleza-CE. [S. l.], 2020a. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101893\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101893_informativo.pdf). Acesso em: 12 set. 2023.
- BUZETTO, Marcelo. **Nova Canudos e a luta do MST no Estado de São Paulo**. 1999.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos avançados, v. 15, 2001.

CARNEIRO, Tércio Warlen Alves. **Um centro cultural em Taquaralto. Trabalho de conclusão – Palmas, TO, 2019.** 149 f.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade.** São Paulo: Paz a Terra. 1999.

CECS, 2021. **CECS participa em projeto de investigação-ação no maior campo de refugiados do mundo.** Disponível em: <https://www.cecs.uminho.pt/cecs-participa-em-projeto-de-investigacao-acao-no-maior-campo-de-refugiados-do-mundo/>. Acesso em: 02 out. 2023.

CHIABOTTO, Cristian da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra.** Revista NERA, v. 24, n. 57, 2021.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural Florianópolis:** Ed. da UFSC. 2001.

CURADO, Fernando Fleury; LOPES, Eliano Sérgio; SANTANA, Mônica. **Do plural ao singular: dimensões da reforma agrária e assentamentos rurais em Sergipe.** 2008.

EDUARDO, Agnaldo Adélio; CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. **Bases para o projeto de centros de cultura e arte.** Revista Terra & Cultura: Cadernos de Ensino e Pesquisa, v. 23, n. 45, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra.** 2001.

FERNANDES, Fabrícia Dias da Cunha de Moraes; PINTO, Raphaela Leticia Rozendo. **OS ESPAÇOS DE CULTURA COMO ARTICULADORES SOCIAIS EDUCACIONAIS E AFETIVOS.** In: Colloquium Socialis. ISSN: 2526-7035. 2021.

FILHO, Luiz Carlos Beduschi. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** 1999.

FREITAS, Maicon Cleber Ferreira. **Cultura no MST.** 2012.

GARCIA, Fernanda Ester Sanchez. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial.** 2001. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GOSCH, Marcelo Scolari. **A criação dos assentamentos rurais no Brasil e seus desafios: algumas considerações sobre cerrado goiano.** RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, 2020.

HONÓRIO, Renata Gonçalves. **Acampamentos: novas relações de gênero (con)fundidas na luta pela terra.** 2005.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados> Acesso em: 26 set. 2023.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se.html> Acesso em: 26 set. 2023.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos> Acesso em: 19 out. 2023.

INCRA, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em: 12 set. 2023.

INCRA, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/obtencao-de-terras> Acesso em: 16 out. 2023.

LOCATEL, Celso Donizete et al. **Relatório de atividades do COEP: caracterização das comunidades COEP em Sergipe**. Aracaju-SE: COEP, 2007.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. **Um balanço da luta pela terra em sergipe - 1985/2005**.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; BELEDELLI, Senira. **A expressão da cultura camponesa nos assentamentos**. 2007.

MELO, Daiane Kull de et al. **MST: A construção da identidade coletiva dos sujeitos**. 2022.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative Research and Case Study Applications in Education. Revised and Expanded from " Case Study Research in Education."**. Jossey-Bass Publishers, 350 Sansome St, San Francisco, CA 94104, 1998.

MIRANDA, Roberto de Souza; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Caderno CRH, v. 26, 2013.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/> Acesso em: 20 set. 2023.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2019. Disponível em: <https://mst.org.br/objetivos/> Acesso em: 08 out. 2023.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2022. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/08/26/mstinvide-ou-ocupaca-entenda-como-o-acontece-a-luta-tua-em-terras-improdutivas/> Acesso em: 08 out. 2023.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/04/04/mst-invade-ou-ocupa-entenda-como-acontece-a-luta-pela-terra-no-brasil/> Acesso em: 15 out. 2023.

MST, **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-producao/>. Acesso em: 17 set. 2023.

MUNICÍPIO de Estância. Lei Complementar nº 2.145, de 30 dezembro de 2020. Institui o Plano Diretor Participativo de Estância/SE e dá outras providências. Estância, 2020. Disponível em: [www.estancia.se.gov.br](http://www.estancia.se.gov.br) . Acesso em: 20/08/2024.

NATARELLI, Talita. **A cultura do povo e para o povo: direito fundamental erradicado**. Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais, n. 16, 2012.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultural: a Cultura à promoção da Arquitetura**. 2013.

OIM Brasil, 2021. **Novo Centro de Memória Cultural garante a continuidade da tradição Rohingya**. Disponível em: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/novo-centro-de-memoria-cultural-garante-continuidade-da-tradicao-rohingya>. Acesso em: 02 out. 2023.

PEDRINI, Nathaly de Almeida; TEODORO, Emily Rafany Brito Muniz; KOMATSU, Bruna Yoshimi Hasebe. **Análise sob a ótica dos estudos críticos e feministas de segurança internacional**. O Cosmopolítico, v. 6, n. 2, 2019.

PELOSO, Ranulfo. **A Força que Anima os Militantes**. São Paulo: Secretaria Nacional – MST, 1994.

RAMOS, Luciene Borges. **Centro cultural: território privilegiado da ação cultural e informacional na sociedade contemporânea**. 2007a.

RAMOS, Luciene Borges. **O centro cultural como equipamento disseminador de informação: um estudo sobre a ação do Galpão Cine Horto**. 2007b.

RODRIGUES, Tatiane Daby de Fatima Faria; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Josely Alves dos. **As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação**. Revista Prisma, v. 2, n. 1, 2021.

SANTOS, Marleide Maria. **Assentamentos rurais e produção camponesa—o desafio da construção de novas territorialidades**.

SANTOS, Thaynara Tavares et al. **Uma análise quantitativa dos assentamentos rurais no estado de Sergipe e no Brasil**. Anais do VII SIMPROD, 2015.

SILVA, Maria Celina Soares. **Centro cultural—construção e reconstrução de conceitos**. 1995. Universidade do Rio de Janeiro—UNI-RIO. Rio de Janeiro.

SOUSA, Júnia Marise Matos de. **Do acampamento ao assentamento: uma análise da reforma agrária e qualidade de vida em Sergipe**. 2009.

SWI, 2021. **Centro de memória cultural preserva o patrimônio do povo rohingya**. Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/cultura/centro-de-mem%C3%B3ria-cultural-preserva-o-patrim%C3%B4nio-do-povo-rohingya/46818094>. Acesso em: 02 out. 2023.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. In: Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.

1999.

XAVIER, Elton Dias; PIMENTA, Kellen de Fátima. **A utopia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra: da sociedade real à sociedade sonhada.** Revista da Universidade Federal de Minas Gerais, v. 24, n. 1 e 2, 2017.

ZACCHI, Vanderlei José. **Linguagem e cultura na construção da identidade do sem-terra.** 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

## APÊNDICE A – CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

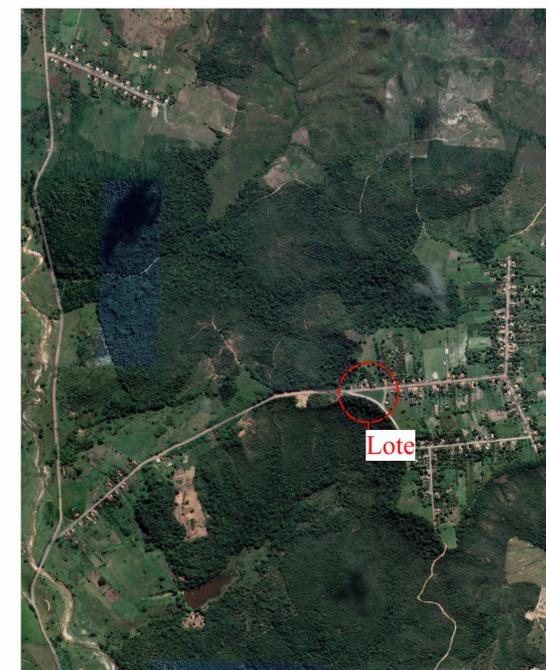
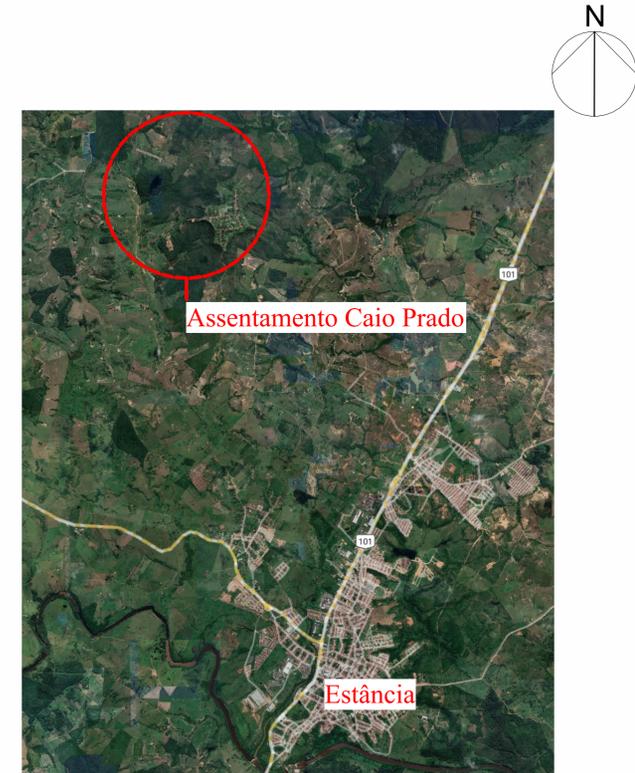
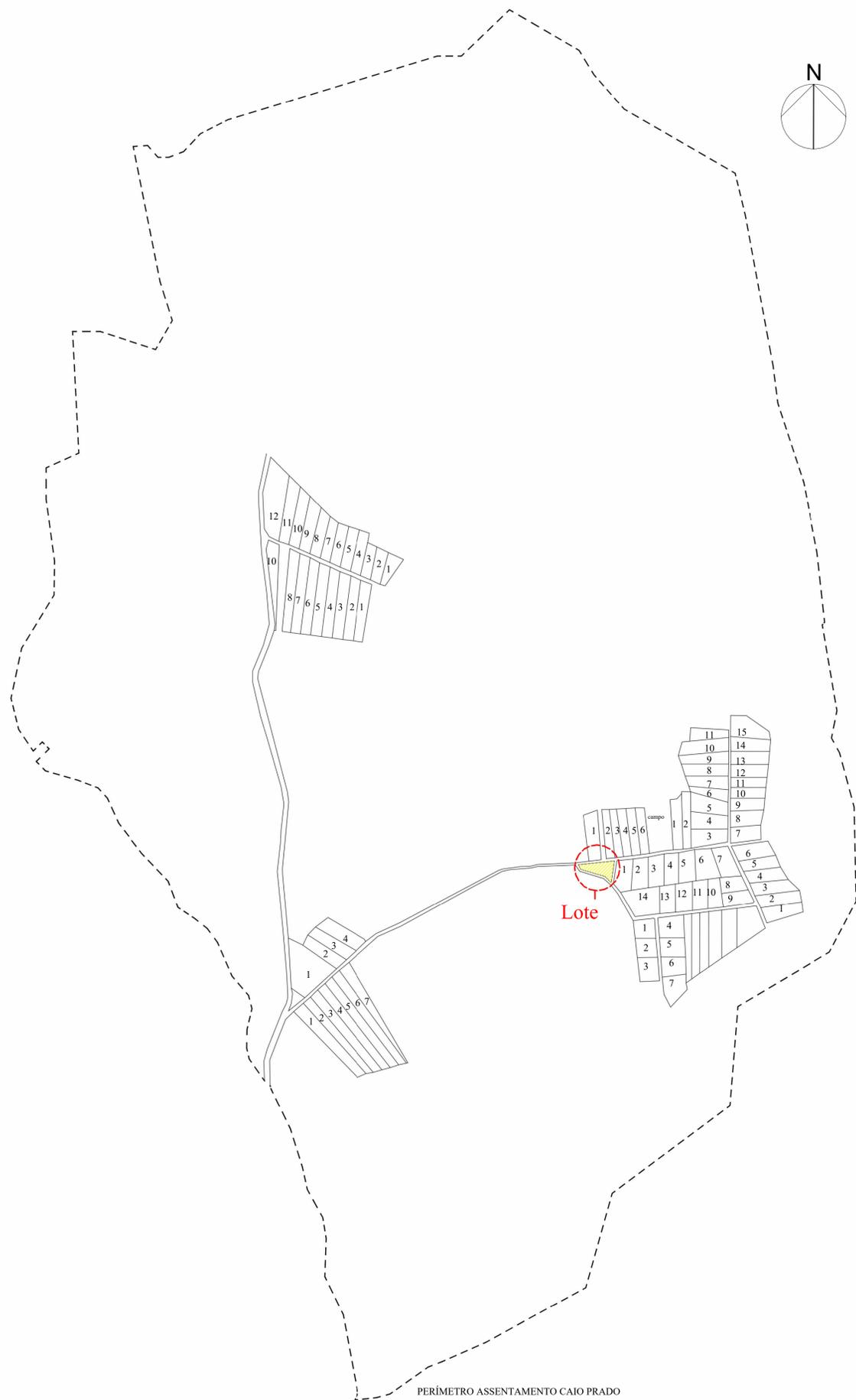
ATIVIDADES	TCC I   Semestre 2023.2																			
	Semanas (De 21/08/2023 à 19/01/2024)																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Escolha do tema				✓																
Levantamento do referencial bibliográficos	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓						
Definição da metodologia			✓	✓																
Visita de campo na área			✓	✓	✓	✓	✓													
Leitura e análises dos materiais pesquisados			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓						
Elaboração textual do TCC I			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓						
Primeira entrega ao orientador				✓		✓														
Segunda entrega ao orientador											✓		✓							
Revisões textuais do TCC I				✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓						
Formatação do trabalho													✓	✓						
Terceira entrega ao orientador (TCC final)													✓							
Defesa: Banca de TCC I (05/11/2023 às 11h)																				✓
Entrega da versão final e corrigida (TCC I)																				✓

ATIVIDADES	TCC I   Semestre 2024.1																			
	Semanas (De 29/02 à 05/04/2024 e 09/07 à 02/10/2024)																			
	Fonte: <a href="https://calendario.ifs.edu.br/print/375">https://calendario.ifs.edu.br/print/375</a>																			
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Revisões textuais (tópicos faltantes do TCC I)	✓	✓	✓																	
Elaboração dos estudos preliminares do projeto			✓	✓																
Elaboração de pré-dimensionamento do projeto			✓	✓	✓															
Estudo de Massas, Setorização e Volumetria				✓	✓	✓														
Definição do partido Arquitetônico do projeto			✓	✓	✓	✓														
Elaboração do projeto preliminar						✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓								
Primeira entrega ao orientador						✓														
Revisão do projeto preliminar							✓	✓	✓	✓	✓									
Segunda entrega ao orientador						✓	✓	✓	✓	✓	✓									
Elaboração do anteprojeto											✓									
Terceira entrega ao orientador (anteprojeto)																				
Revisão do anteprojeto												✓	✓	✓						
Formatação final do trabalho													✓	✓						
Entrega da versão final (TCC II)																				✓
Defesa: Banca de TCC II																				✓
Entrega da versão final e corrigida (TCC II)																				✓

### LEGENDA

✓	Atividade executada
---	---------------------

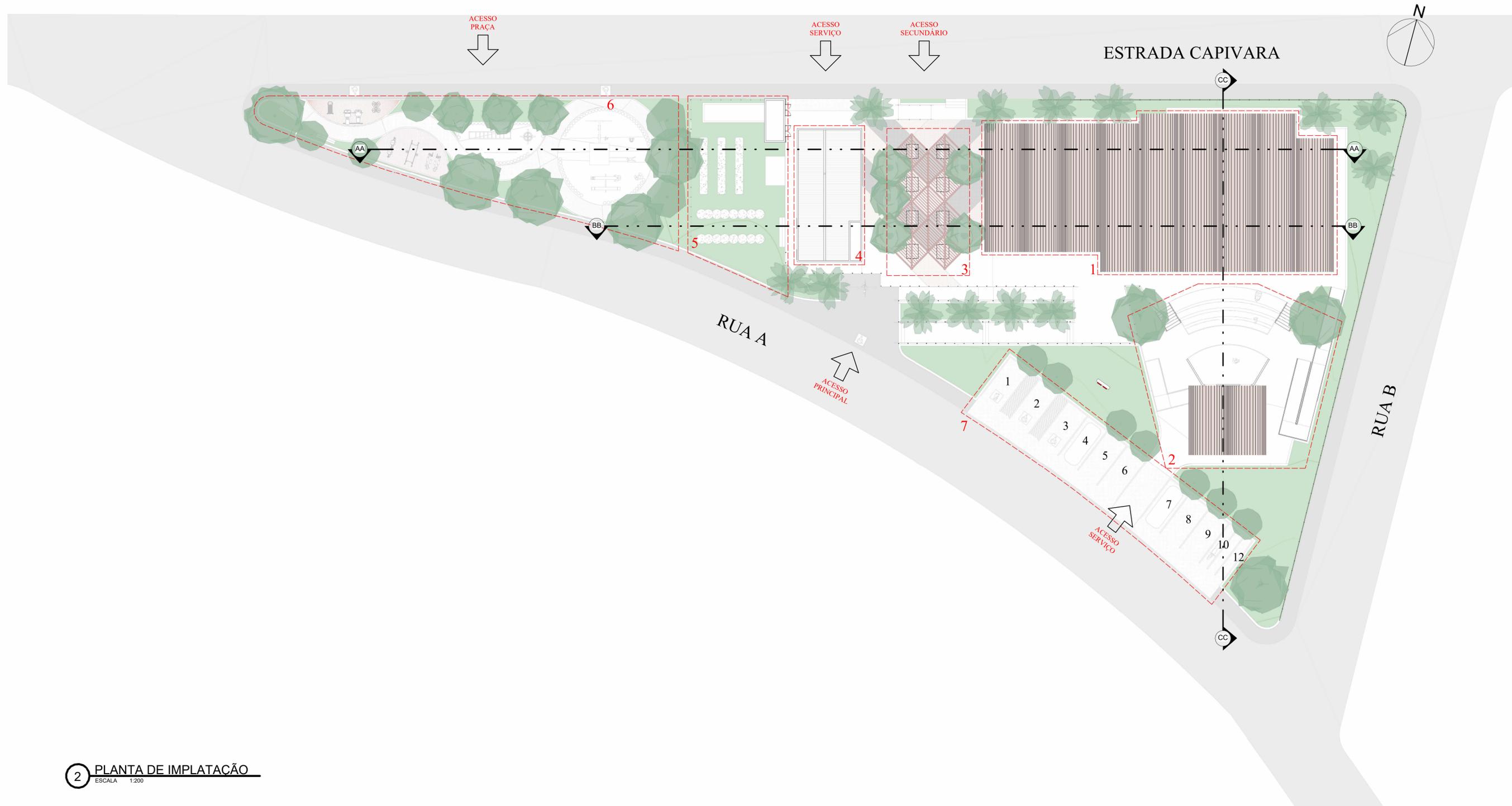
**APÊNDICE B – ANTEPROJETO ARQUITETÔNICOS**



1 PLANTA LOCALIZAÇÃO  
ESCALA 1:10.000

PERÍMETRO ASSENTAMENTO CAIO PRADO

<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
ALUNO: LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS		
PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL		
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
PROFESSOR: MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO		
ASSUNTO: PLANTA DE LOCALIZAÇÃO	DATA: 01/10/24	FOLHA: 01/09
ESCALA:	DESENHO: LUIZA	



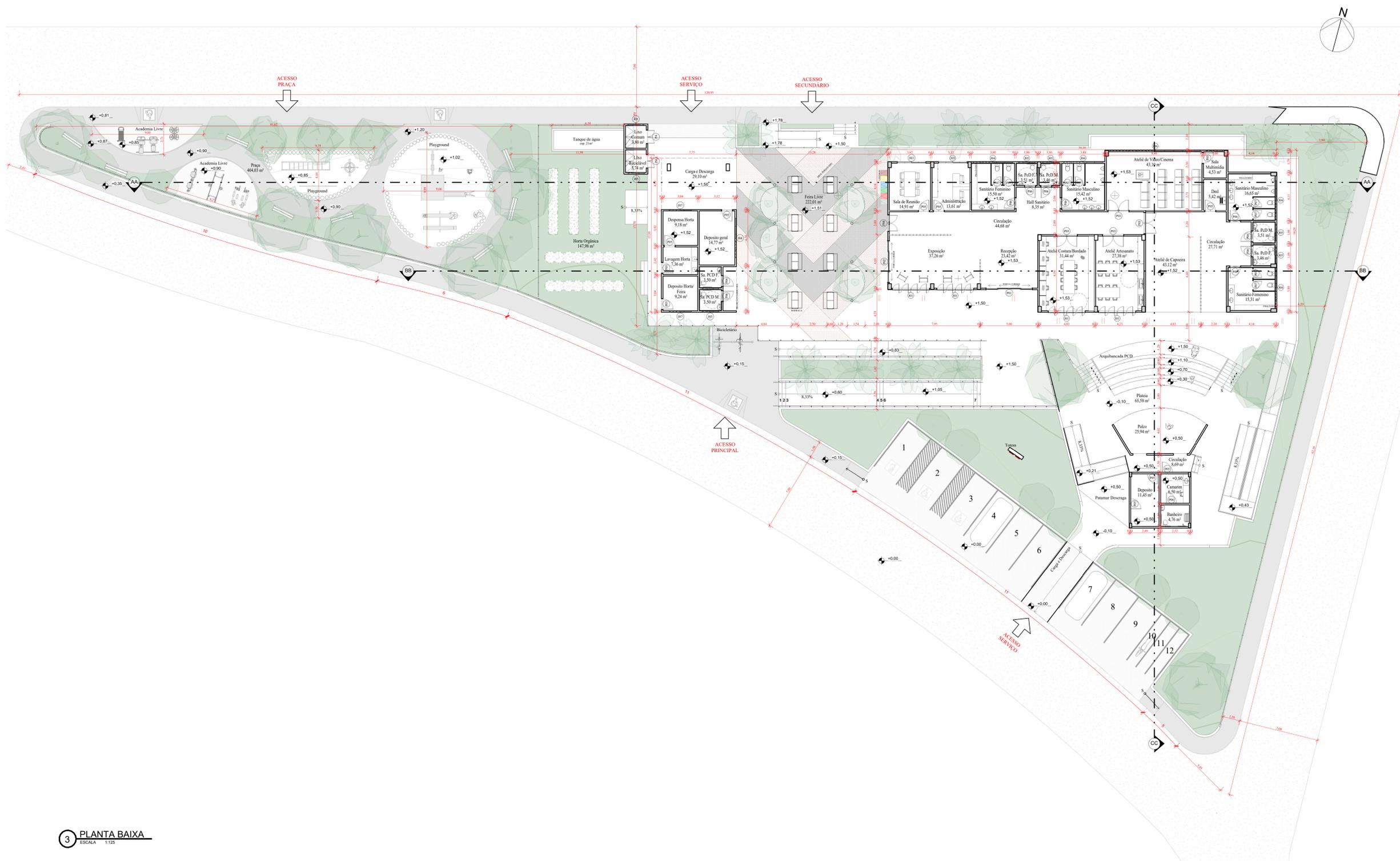
**2 PLANTA DE IMPLATAÇÃO**  
ESCALA 1:200

**LEGENDA**

- 1 - Bloco Cultural
- 2 - Anfiteatro
- 3 - Feira Livre
- 4 - Bloco Serviço
- 5 - Horta Orgânica
- 6 - Praça
- 7 - Estacionamento

QUADRO DE ÁREAS	
TERRENO	3.144,70m <sup>2</sup>
ÁREA CONSTRUÍDA	660,18m <sup>2</sup>
ÁREA ÚTIL	496,48m <sup>2</sup>
TAXA DE OCUPAÇÃO	20%
TAXA DE IMPERMEABILIDADE	25%
ÁREA PERMEÁVEL	786,17m <sup>2</sup>
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO	0,20%
RECUO FRONTAL	3,71m
RECUO LATERAL DIREITO	3,40m
RECUO LATERAL ESQUERDO	54,80m
RECUO POSTERIOR	1,5m
GABARITO DE ALTURA	5,64m

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE		
ALUNO:	LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS	
PROJETO:	ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL	
DISCIPLINA:	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
PROFESSOR:	MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO	
ASSUNTO:	DATA: 01/10/24	FOLHA: 02/09
	ESCALA: 1 : 200	
	DESENHO: LUIZA	
<b>PLANTA DE IMPLANTAÇÃO</b>		



QUADRO DE PORTA			
CÓD.	DIMENSÕES (m)	DESCRIÇÃO	QUANT.
P01	4,00x2,50	Porta de correr quatro folhas em madeira	1
P02	3,60x2,50	Porta de correr quatro folhas em madeira	1
P03	1,80x2,10	Porta de abrir duas folhas em madeira	4
P4	1,20x2,10	Porta de madeira semicoma com forras de madeira	2
P04	1,40x2,10	Porta de abrir duas folhas em madeira	1
P05	0,90x2,10	Porta de abrir uma folha em madeira	11
P06	0,90x2,10	Porta de abrir uma folha, acessível, em madeira	11
P07	0,80x1,80	Porta de abrir uma folha em alumínio	8
Total geral: 39			

QUADRO DE JANELA			
CÓD.	DIMENSÕES (m)	DESCRIÇÃO	QUANT.
J01	3,20x2,20x0,33	Janela pivotante em várias folhas em madeira e vidro	4
J03	2,50x1,50x1,03	Janela baixa de correr em madeira e vidro	2
J04	3,50x0,50x2,03	Janela alta maxim ar várias folhas em madeira e vidro	5
J05	1,50x0,50<<varia>>	Janela alta maxim ar duas folhas em madeira e vidro	8
J06	8,00x0,50x2,03	Janela alta maxim ar várias folhas em madeira e vidro	1
J07	2,00x0,50x2,03	Janela alta maxim ar duas folhas em madeira e vidro	2
J08	1,50x0,50x0,13	Janela alta maxim ar duas folhas em madeira e vidro	1
Total geral: 23			

3 PLANTA BAIXA  
ESCALA 1:125

**INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE**

ALUNO: LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS

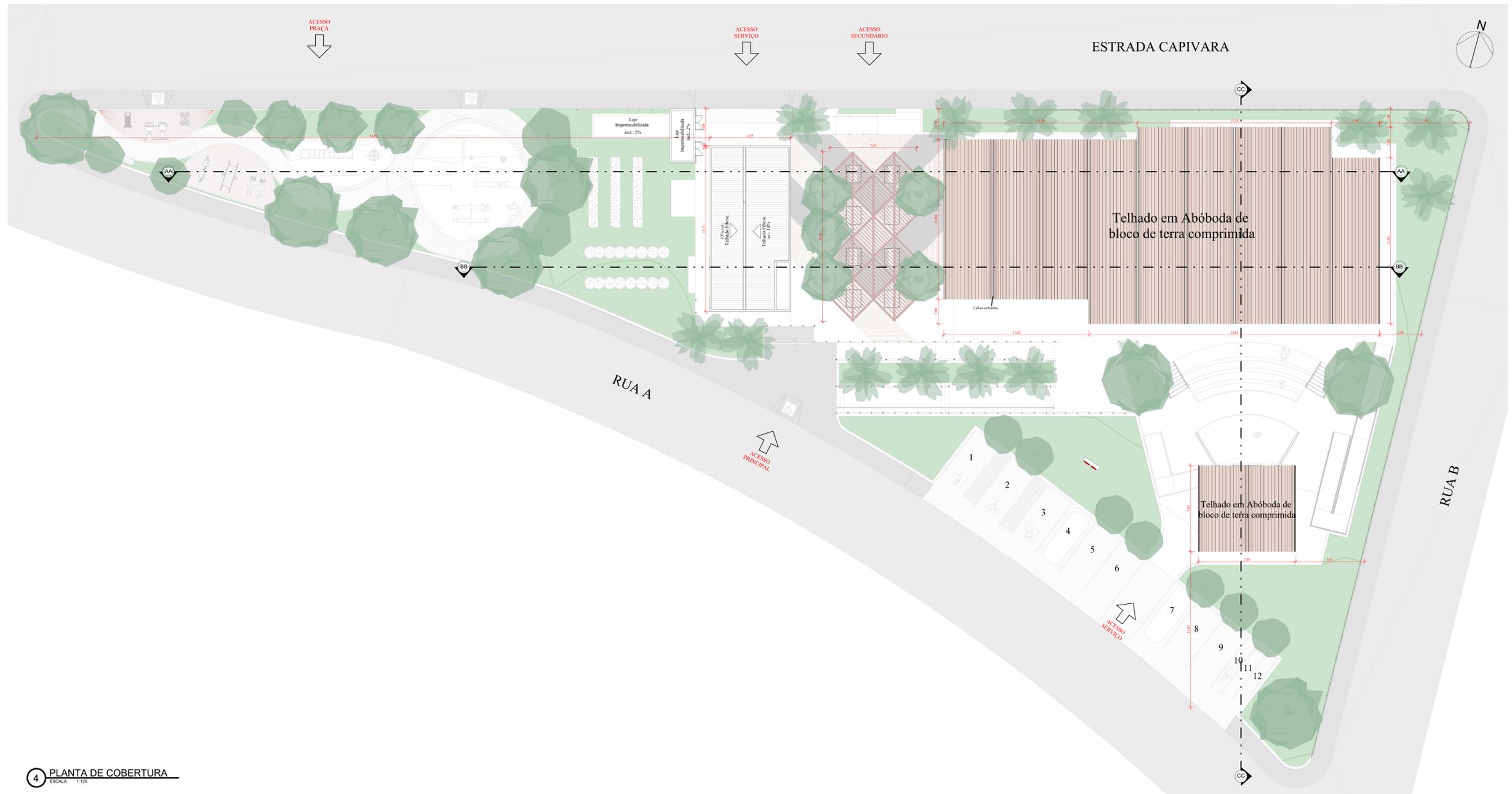
PROFESSOR: MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO

ASSUNTO: PLANTA BAIXA

DATA: 01/10/24

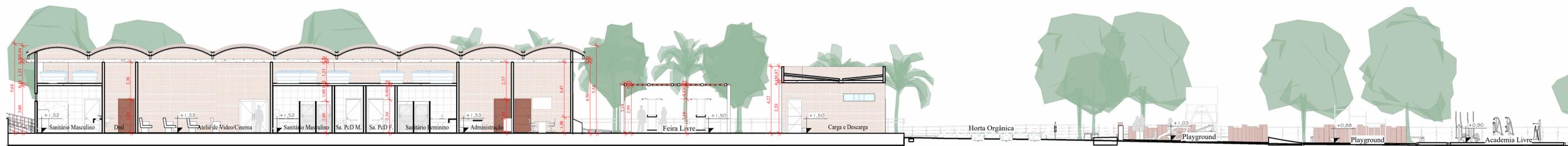
ESCALA: 1:125

FOLHA: 03/09

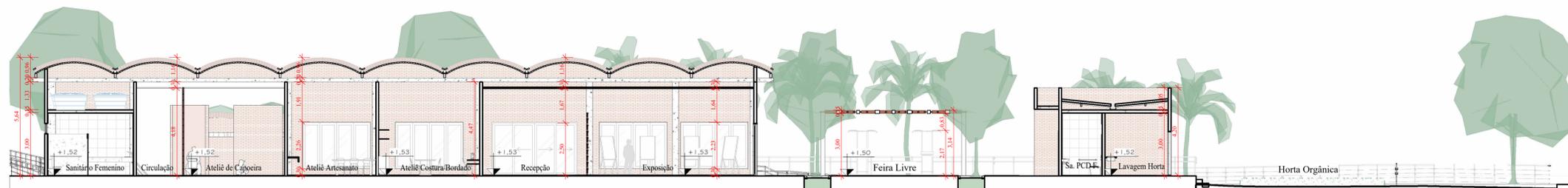


4 PLANTA DE COBERTURA  
ESCALA: 1:125

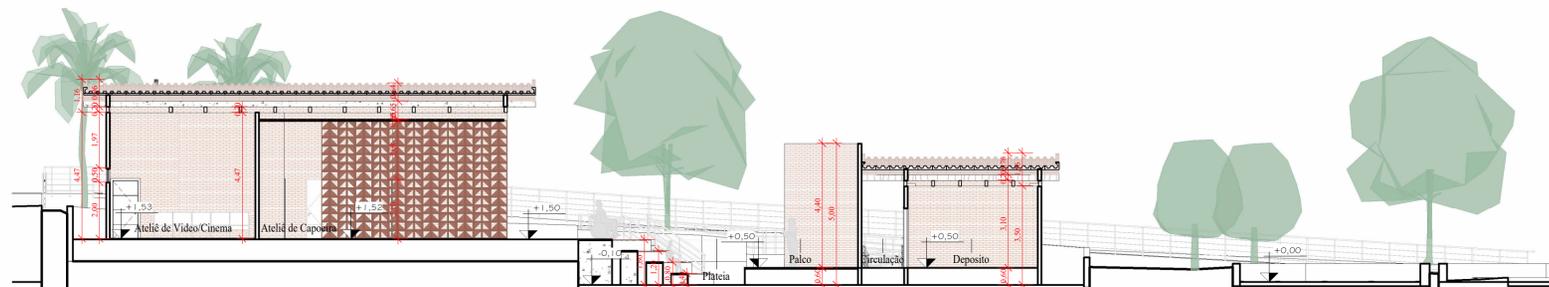
<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>			
ALUNO: LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS			
PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL			
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
PROFESSOR: MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO			
ASSUNTO: PLANTA DE COBERTURA	DATA: 01/10/24	FOLHA: 04/09	
	ESCALA: 1 : 125		
	DESENHADO: LUIZA		



5 AA  
ESCALA 1:125



6 BB  
ESCALA 1:125



7 CC  
ESCALA 1:125

<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
ALUNO: <b>LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS</b>		
PROJETO: <b>ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL</b>		
DISCIPLINA: <b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
PROFESSOR: <b>MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO</b>		
ASSUNTO: <b>CORTES AA - BB - CC</b>	DATA: <b>01/10/24</b>	FOLHA: <b>05/09</b>
	ESCALA: <b>1:125</b>	
	DESENHO: <b>LUIZA</b>	



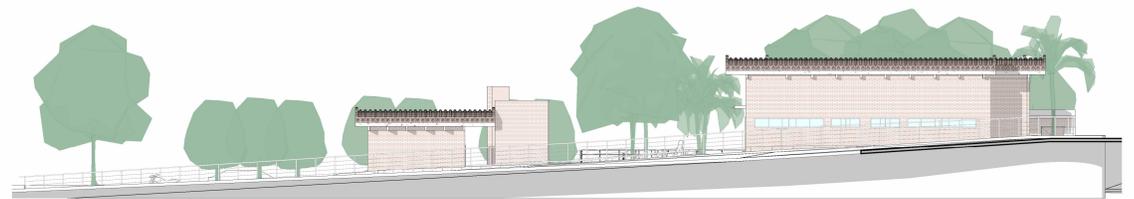
8 FACHADA SUL  
ESCALA 1:125



9 FACHADA NORTE  
ESCALA 1:125



10 FACHADA OESTE  
ESCALA 1:125



11 FACHADA LESTE  
ESCALA 1:125

<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>			
ALUNO: LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS			
PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL			
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO			
PROFESSOR: MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO			
ASSUNTO: <b>PLANTA DE FACHADAS</b>	DATA: 01/10/24	ESCALA: 1:125	FOLHA: <b>06/09</b>



12 PERSPECTIVA RENDERIZADA  
SEM ESCALA



13 FACHADA PRINCIPAL  
SEM ESCALA



14 VISTA DO ESTACIONAMENTO  
SEM ESCALA



15 VISTA ANFITEATRO  
SEM ESCALA



16 VISTA FEIRA  
SEM ESCALA

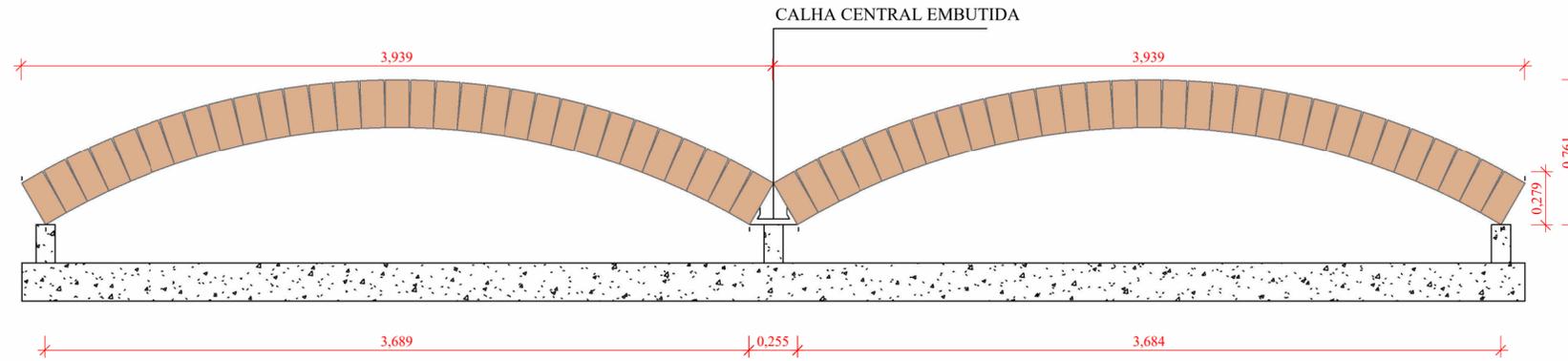


17 VISTA PLAYOUGRAD  
SEM ESCALA

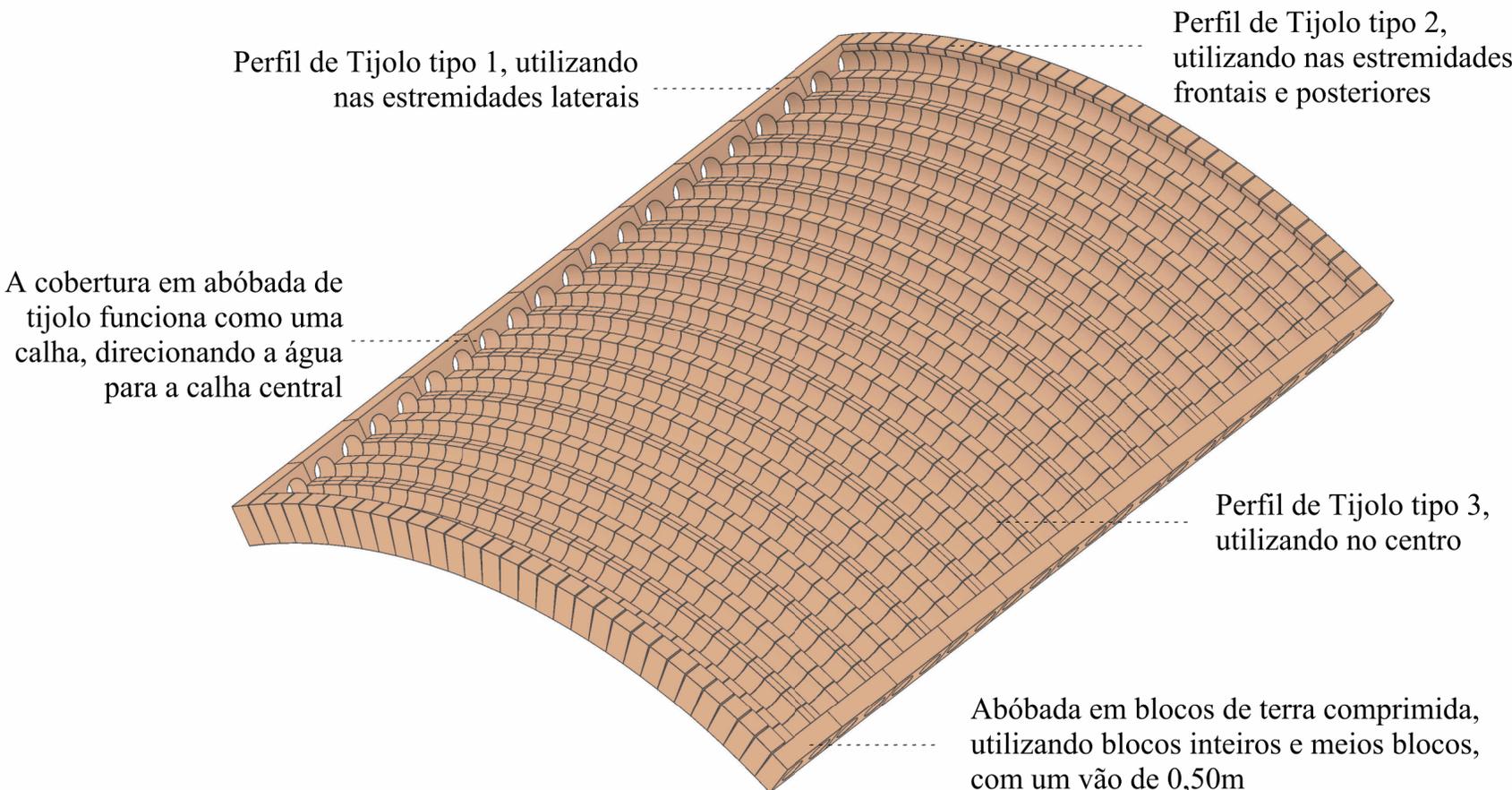


18 PLANTA BAIXA  
SEM ESCALA

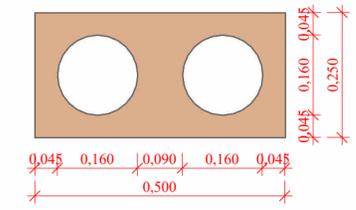
<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
ALUNO: LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS		
PROJETO: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL		
DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
PROFESSOR: MARCOS ELAN ALVEZ DE ARAÚJO		
ASSUNTO: <b>PERSPECTIVA</b>	DATA: 01/10/24 ESCALA: DESENHO: LUIZA	FOLHA: <b>07/09</b>



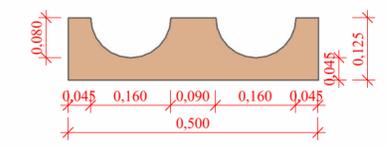
1 Corte  
ESCALA 1:25



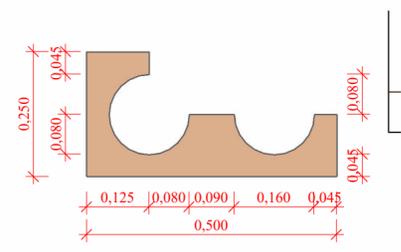
2 PERSPECTIVA  
ESCALA



3 Perfil de Tijolo 1  
ESCALA 1:10

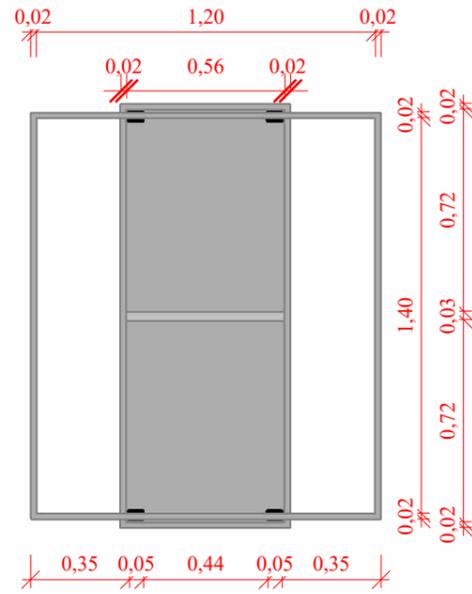


4 Perfil de Tijolo 2  
ESCALA 1:10

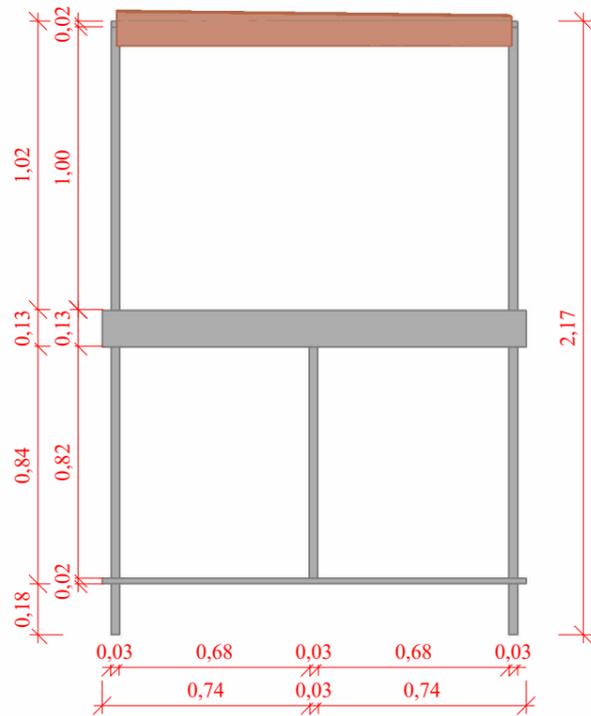


5 Perfil de Tijolo 3  
ESCALA 1:10

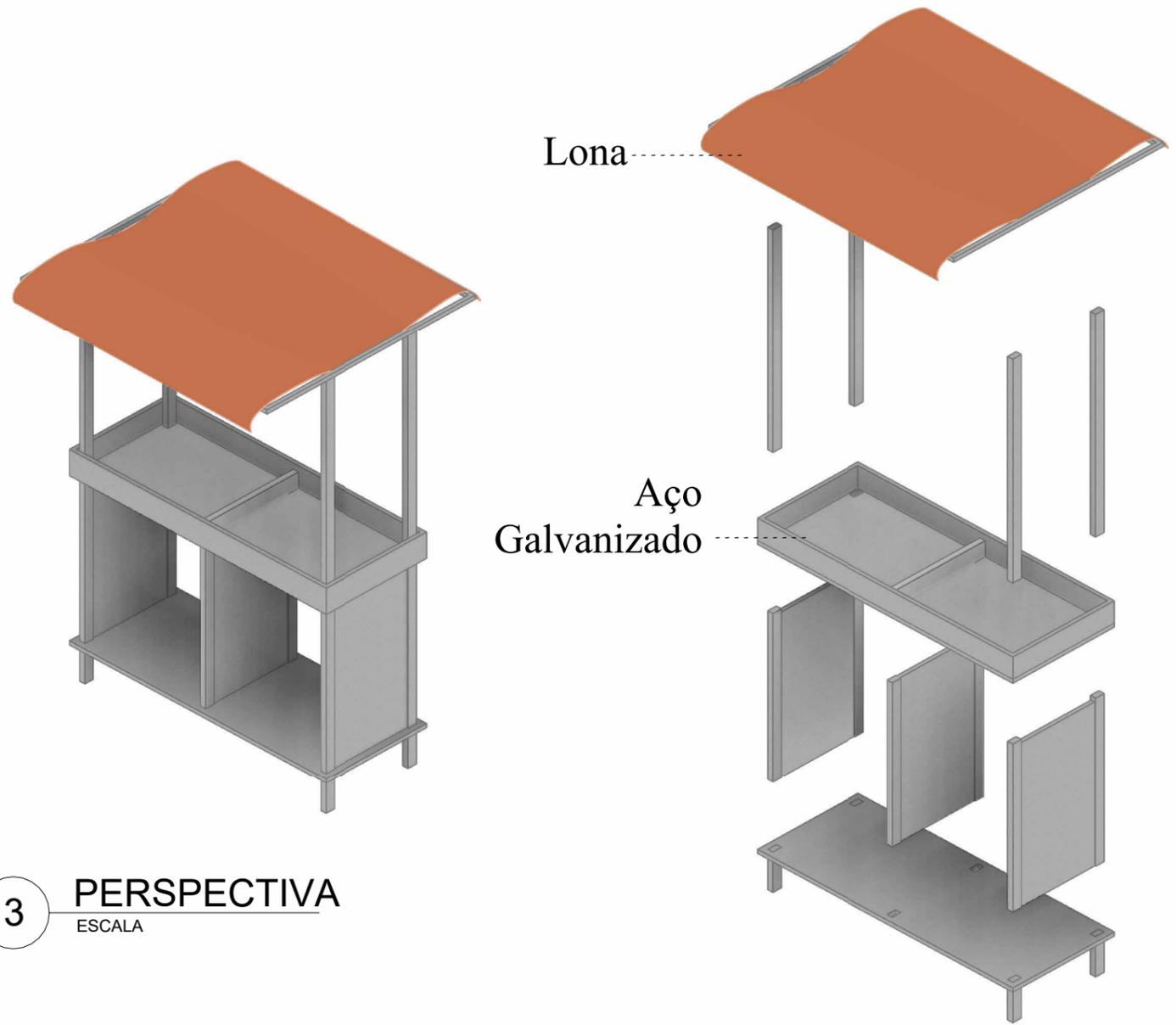
<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
ALUNO: <b>LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS</b>		
PROJETO: <b>ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL</b>		
DISCIPLINA: <b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
PROFESSOR: <b>MARCOS ELAN ALVES DE ARAÚJO</b>		
ASSUNTO: <b>DETALHAMENTO TELHADO</b>	DATA: <b>01/10/24</b>	FOLHA: <b>08/09</b>
	ESCALA: <b>Como indicado</b>	
	DESENHO: <b>LUIZA</b>	



1 Vista Superior  
ESCALA 1 : 25



2 Vista Frontal  
ESCALA 1 : 25



3 PERSPECTIVA  
ESCALA

<b>INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE</b>		
ALUNO: <b>LUIZA GABRIELLE SANTOS DE JESUS</b>		
PROJETO: <b>ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE CENTRO CULTURAL</b>		
DISCIPLINA: <b>TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO</b>		
PROFESSOR: <b>MARCOS ELAN ALVES DE ARAÚJO</b>		
ASSUNTO: <b>DETALHAMENTO BARRACA</b>	DATA: <b>01/10/24</b>	FOLHA: <b>09/09</b>
	ESCALA: <b>1 : 25</b>	
	DESENHO: <b>LUIZA</b>	